



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA - UEPB
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PRPGP
CONVÊNIO UEPB – ACADEPOL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA NA SEGURANÇA PÚBLICA

SIMONE BARBALHO RAMALHO DE LIMA

A GESTÃO ESTRATÉGICA NA SEGURANÇA PÚBLICA
NO TURISMO NAS PRAIAS URBANAS DE CABO BRANCO
E TAMBAÚ

JOÃO PESSOA
2016

SIMONE BARBALHO RAMALHO DE LIMA

A GESTÃO ESTRATÉGICA NA SEGURANÇA PÚBLICA
NO TURISMO NAS PRAIAS URBANAS DE CABO BRANCO
E TAMBAÚ

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de especialista em gestão Estratégica na Segurança Pública, pela UEPB / ACADEPOL / SEDS, Programa de Pós-Graduação.

Orientador: Prof. Me. Severiano Pedro do Nascimento Filho

João Pessoa - PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L628g Lima, Simone Barbalho Ramalho de
A gestão estratégica na segurança pública no turismo nas
praias urbanas de Cabo Branco e Tambaú [manuscrito] / Simone
Barbalho Ramalho de Lima. - 2016.
56 p. : il. color.

Digitado.
Monografia (Gestão Estratégica na Segurança Pública) -
Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação
e Pesquisa, 2016.

"Orientação: Prof. Me. Severiano Pedro do Nascimento Filho,
Departamento de Direito".

1. Gestão estratégica. 2. Segurança pública. 3. Turismo. I.
Título.

21. ed. CDD 363.1

Ao Professor Orientador M.Sc. Severiano Pedro do Nascimento Filho,
para se pronunciar sobre o Trabalho de Conclusão de Curso da aluno Simone
Barbalho Ramalho Lima.

João Pessoa, _____ de _____ de 2016.

Prof.

Parecer do Professor Orientador:

SIMONE BARBALHO RAMALHO DE LIMA

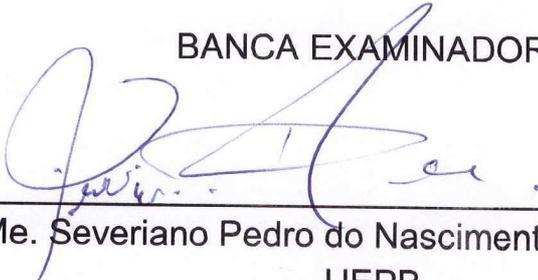
A GESTÃO ESTRATÉGICA NA SEGURANÇA PÚBLICA
NO TURISMO NAS PRAIAS URBANAS DE CABO BRANCO
E TAMBAÚ

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de especialista em gestão Estratégica na Segurança Pública, pela UEPB / ACADEPOL / SEDS, Programa de Pós-Graduação.

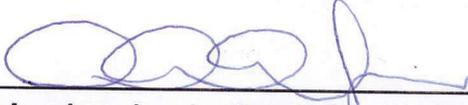
Data da avaliação: 04/11/2016

Nota: 8.0

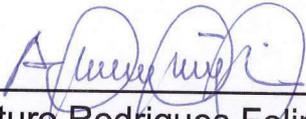
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Severiano Pedro do Nascimento Filho (Orientador)
UEPB



Prof^a. Me. Ana Lucia Carvalho de Souza (Examinadora)
UEPB



Prof. Me. Arturo Rodrigues Felinto (Examinador)

Dedico este trabalho, a quem me deu a oportunidade de construir inúmeras vitórias durante toda a minha vida, “DEUS”.

DEUS, meu senhor, obrigada pela paciência, compreensão, apoio, determinação, por sempre me fazer entender quando chegava a oportunidade, sempre me fazer ter a certeza de buscar algo maior.

Comemoro mais essa vitória junto de ti que através dessa referencia incontestável que me manteve forte sob todos os aspectos de minha construção pessoal.

“E seja bendito o nome do Senhor para todo sempre, porque dele é a *sabedoria e a força*”. Daniel 2:20.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela sua presença constante reveladora através da existência de pessoas valiosas e concretizada através de oportunidades únicas.

Aos meus pais que se ainda estivessem nesta existência, estariam mais uma vez orgulhosos, porque eles sempre me deram o melhor de si, que me deram todo o amor e apoio necessário e que são para mim o melhor exemplo a seguir.

Aos meus filhos e familiares que me impulsionaram quando por raras exceções eu senti fraquejar.

Ao meu orientador, Professor e Mestre Severiano Pedro do Nascimento Filho que sempre me cobrou e que com paciência e competência auxiliou-me durante a execução desse trabalho.

E por fim à Academia de Polícia Civil pela oportunidade de realizar essa especialização

“O mundo é como um espelho que devolve a cada pessoa o reflexo de seus próprios pensamentos. A maneira como você encara a vida é que faz toda diferença”.

Luis Fernando Verfssimo

RESUMO

A presente monografia tem a finalidade de demonstrar a importância que tem a gestão estratégica na segurança pública no turismo nas praias urbanas do Cabo Branco e Tambaú. A questão da segurança pública tem se tornado uma preocupação prioritária em todo o cenário mundial, e particularmente afetado a vida da sociedade brasileira, principalmente a atividade turística, e conseqüentemente prejudica a economia, visto que, o turismo é um dos fatores que contribui de forma significativa para a receita pública. Por isso, a segurança pública deve ser pensada sob a perspectiva da gestão estratégica, dado que, esta age de forma preventiva, na origem do problema, através de um planejamento. Dessa forma, o objetivo geral desse trabalho é estudar a gestão estratégica aplicada à segurança pública. Especificamente, objetivamos analisar a segurança pública com um viés estratégico para melhorar o turismo nas praias de Tambaú e Cabo Branco, na cidade de João Pessoa. A análise da temática é importante porque o turismo é uma atividade que contribui para o crescimento da economia nos níveis internacional, nacional e local. Um dos fatores que influenciam o turismo é a questão da segurança, por isso, esta não deve ser negligenciada, exigindo um planejamento para sua efetivação. A metodologia do trabalho é bibliográfica qualitativo, pois foram utilizados livros e dados estatísticos para a elaboração da pesquisa. Para o enriquecimento do trabalho foi utilizado os textos de Pereira (2009) para compreendermos o conceito de gestão, como também Nascimento (2014) e Bornhofen (2008), para discutirmos questões sobre turismo e segurança pública. Com base nas leituras e análises dos dados, vemos que a questão da segurança pública vai além da intensificação do policiamento, deve estrategicamente ser trabalhada, assim como o fenômeno turismo, grande consumidor da natureza, ambos devem demonstrar equilíbrio.

Palavras-chave: Gestão Estratégica. Segurança Pública. Turismo.

ABSTRACT

The present monograph has the purpose of demonstrating the importance of strategic management in public safety in tourism in the urban beaches of Cabo Branco and Tambaú. The issue of public safety has become a priority concern throughout the world stage, and particularly affected the lives of Brazilian society, especially the tourist activity, and consequently damages the economy, since tourism is one of the factors that contributes so significant for public revenue. Therefore, public safety must be considered from the perspective of strategic management, given that this acted preventively, the source of the problem, through planning. Thus, the general objective of this study is strategic management applied to public safety. Specifically, we aimed to assess public safety in a strategic viable to improve tourism in Tambaú and Cabo Branco beaches in João Pessoa. The work study is important because tourism is an activity contributes to the economic growth in the international, national and local. And one of the factors that influence tourism is the question of security, so this should not be neglected, requiring planning for their enforcement. The methodology of work is qualitative literature, for books and statistical data for the preparation of the research were used. To enrich the work was used the Pereira texts (2009) to understand the concept of management, as well as birth (2014) and Bornhofen (2008), to discuss issues on tourism and public safety. Based on readings and analysis of data, we see that the public safety issue goes beyond the intensification of policing, should be strategically crafted as well as the tourism phenomenon, large consumer of nature, both must demonstrate balance.

Key-words: Strategic management. Public security. Tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Feirinha de Artesanato de Tambaú.....	42
Figura 2 - Mercado de Artesanato da Paraíba.....	43
Figura 3 - Hotel Tambaú.....	43
Figura 4 - Centro Turístico Tambaú.....	44
Figura 5 - Busto de Tamandaré.....	44
Figura 6 - Busto de Tamandaré.....	45
Figura 7 - Barreira do Cabo Branco.....	45
Figura 8 - Orla do Cabo Branco.....	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Porcentagem do crescimento do turismo no Continente Americano...	26
Tabela 2 - Porcentagem das receitas com o turismo nos países desenvolvidos.....	27
Tabela 3 - percentuais de dispêndios turísticos.....	27
Tabela 4 - Objetivo da visita a João Pessoa.....	37
Tabela 5 - Avaliação da infraestrutura de João Pessoa.....	37
Tabela 6 - Praias mais visitadas.....	38
Tabela 7 - Pontos positivos de João Pessoa.....	39

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Problemática.....	12
1.2	Objetivo Geral.....	12
1,3	Objetivos Específicos.....	12
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	14
2.1	Gestão Estratégica.....	14
2.2	Segurança Pública.....	18
2.3	O Turismo.....	24
2.3.1	Características na atividade turística.....	31
2.3.1.1	A sazonalidade.....	31
2.3.1.2	Elasticidade da demanda turística.....	33
2.3.1.3	Bens e serviços turísticos são consumidos onde se localizam.....	34
2.3.1.4	O turismo provoca alterações na cultura local.....	34
2.3.1.5	O meio ambiente natural pode ser profundamente afetado.....	35
2.3.1.6	O turismo modifica a estrutura de trabalho na comunidade receptora.....	35
3	O TURISMO EM JOÃO PESSOA.....	36
3.1	Praias do Cabo Branco e Tambaú.....	40
3.2	Instituições do município de João Pessoa responsáveis pela segurança.....	47
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
	REFERÊNCIAS.....	54

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problemática

Os turistas que conhecem de um atendimento de qualidade e informação clara e objetiva e que desse atendimento se vê transbordar em uma sensação de segurança, transmitem a outros a receptividade e segurança que tiveram, e dessa forma não há como não passar uma boa imagem do destino escolhido, caso esses fatos não ocorram esses turistas tendem a transmitir um mau atendimento e insatisfação com os serviços ou produto adquiridos, podendo acarretar diversos problemas ao destino e ao turismo como um todo. Para termos um atendimento, produto ou serviço turístico de qualidade é necessária infraestrutura adequada, uma boa gestão de pessoas, uso eficiente da tecnologia, além de oferecer capacitação e treinamento para o capital humano, e para que tudo isso se torne realidade se faz necessário o uso singular da Gestão Estratégica.

A Gestão Estratégica tem sua origem do grego *strategia*, e é concebida como o estudo que norteia a maneira de como realizar algo, ajudando na escolha da melhor forma de planejar e organizar, sendo uma forma de orientar intenções, decisões e ações. A Gestão Estratégica é uma forma de administração, e como tal deve ser considerada nas decisões da administração pública. Como aquela incentiva a planejar e trabalhar de forma preventiva, vemos como uma técnica para melhorar a Segurança Pública.

A Segurança Pública é um estado de confiança, é um sentimento de proteção. Esta sendo de origem social pode ser assegurada se pensada de forma preventiva, e gerida de maneira estratégica. A Segurança Pública é um dos assuntos mais discutidos na nossa sociedade atual, se tornando uma das preocupações prioritárias em todo o cenário mundial, pois influencia a vida de cada um de nós, principalmente a atividade turística, e conseqüentemente afeta a economia, uma vez que, o turismo é um dos fatores que contribui de forma significativa para o desenvolvimento econômico. Destarte, a segurança pública, proteção e garantia do direito ao lazer, requer um conjunto de esforços, deve ser realizada sob o viés da gestão estratégica, pois esta trabalha de maneira preventiva, na procedência do problema, de forma planejada. Assim, o objetivo geral desse trabalho é estudar a gestão estratégica aplicada à segurança pública. Como objetivo específico, pretendemos analisar a segurança pública com um aporte estratégico para melhorar

o turismo nas praias de Tambaú e Cabo Branco, na cidade de João Pessoa. O estudo da temática se justifica em razão de ser o turismo uma atividade que contribui para a economia em níveis internacional, nacional e local, e um dos fatores que influenciam o turismo é a segurança, por consequência, esta não deve ser negligenciada, sendo necessário um planejamento para sua realização eficaz para a economia. O trabalho foi realizado com base em uma metodologia bibliográfica, com métodos: descritivo, analítico, com consultas a Constituição Federal, textos legislativos, coleta de dados referências bibliográficas relacionadas ao eixo temático.

Para o enriquecimento do trabalho foram utilizados como base teórica os textos de Pereira (2009) para compreendermos o conceito de gestão, Nascimento (2014) e Bornhofen (2008, p.19), que nos possibilitou a compreensão do conceito de gestão e a discussão sobre turismo e segurança pública. A técnica de Pereira, para o levantamento bibliográfico deve ser a observação sistemática em fontes secundárias. A estrutura da presente pesquisa se encontra dividida em capítulos. Onde são apresentados os conceitos, características e estratégias da Gestão Pública. Em seguida, discutimos sobre a Segurança Pública e sua importância para o turismo. E também, falamos do turismo como uma atividade econômica, e por fim, apresentamos gráficos e tabelas relacionados à atividade turística da cidade de João Pessoa.

1.2 Objetivo geral

Estudar a Gestão Estratégica aplicada a Segurança Pública, em favor do turismo e conseqüentemente do turista que procuram nos destinos turísticos, lazer, cultura, diversão, entretenimento e novas experiências, objetivando a satisfação total em sua viagem.

1.3 Objetivo específicos

- a) Idealizar a Segurança Pública com um aporte estratégico para melhorar o turismo nas praias de Tambaú e Cabo Branco na cidade de João Pessoa, na Paraíba;
- b) Avaliar de acordo com a gestão estratégica se a segurança pública está devidamente atendendo o turista dentro de uma boa perspectiva.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Gestão Estratégica

Etimologicamente, estratégia vem do grego *strategia*, que denota comando de exército, cargo ou dignidade do chefe militar e/ou aptidão para comandar, assim a palavra estratégia surge, a priori, para designar táticas de guerra. A partir do radical grego *strate* novas palavras nascem para designar relações militares, conforme preleciona Pereira (2009, p. 4):

Nessa língua, encontra um leque de extensões, ligadas principalmente ao ato de guerrear, como *stratégos*, ou o general, o chefe militar, o ministro da guerra; *strategicós*, o próprio do general chefe; *stratégema*, ou *estratagema*, artil de guerra; *stratiá*, ou expedição militar; *stratégion*, ou tenda do general, local de reuniões militares; *stráteuma*, ou exército em campanha; entre outras.

O termo estratégia é utilizado pelo general Péricles 495 a.C. - 429 a.C, que comandou Atenas na guerra contra Esparta, também aparece na obra clássica *A Arte da Guerra*, de Sun Tzu, escrita em 500 a.C., e por Alexandre da Macedônia, para indicar um sistema unificado de Governo (PEREIRA, 2009, p. 4).

Vejamos um conceito mais atual de estratégia:

Estratégia pode ser definida como a arte que orienta a maneira de fazer algo, mediante a escolha da melhor forma aplicada à organização. É uma mescla de intenções, decisões e ações criada por meio das pessoas e das relações, mediante erros e acertos (OLIVEIRA, 2015, p.108).

Segundo Pacheco e Bornhofen (2007, p. 17), gestão estratégica é sinônimo de administração estratégica e de gerenciamento estratégico. Vejamos o conceito de gestão estratégica:

Gestão estratégica é definir de maneira explícita, participativa e com base em um diagnóstico atual e futuro de seus ambientes interno e externo, o rumo que se pretende dar a organização, formulando missão, visão e valores, além de implementar e controlar os objetivos, as estratégias e os planos de ações definidos (PACHECO; BORNHOFEN 2007, p. 17).

A partir desta colocação dos autores, percebemos a complexidade da efetivação do gerenciamento estratégico, isto porque exige várias funções de um gestor, pois este tem que conhecer a organização sob os pontos de vista tanto interna quanto externa. Além disso, vemos que a gestão estratégica é uma projeção porque por meio de um estudo atual planeja-se para evitar futuros problemas, ou seja, “é um olhar para frente”, sendo um modo de prevenção.

Esta ideia de projeção é compartilhada entre outros autores como Silva (2013, p.184-185):

Quanto a Gestão Estratégica, Ansoff e Edward (1993, p.553) conceitua como “um processo de gestão do relacionamento de uma empresa com seu ambiente.” Esta, envolve o planejamento estratégico, planejamento de potencialidades, ou seja, identifica os pontos fortes do presente que podem se transformar nos pontos fracos do futuro e vice-versa; faz parte também da gestão estratégica, a administração da implantação das estratégias, ou seja, gerir as resistências durante a implantação das estratégias decorrentes do planejamento estratégico e ainda a administração das questões estratégicas, ou seja, dar respostas estratégicas, por meio da administração de eventos futuros.

[...] o planejamento estratégico é um processo contínuo, sistemático, organizado e capaz de prever o futuro, de maneira a tomar decisões que minimizem riscos. Dessa forma o planejamento estratégico tem como objetivo fornecer aos gestores e suas equipes uma ferramenta que os munície de informações para a tomada de decisão, ajudando-os a atuar de forma proativa, antecipando-se às mudanças que ocorrem no mercado em que atuam.

Conhecer a organização sob os pontos de vista externo e/ou interno em que se pretende trabalhar e projetar certas mudanças neste ambiente não é suficiente para a eficácia de uma gestão estratégica, pois esta exige uma postura proativa, planejando e agindo. Como vimos na citação supracitada, para que haja uma gestão estratégica é necessário um planejamento. Este é concedido como a tomada de decisões sobre o futuro (SILVA, 2013, p.185).

Entre os conceitos de gestão pública apresentada, o que mais consideramos completo é o de Nascimento, pois mostra a importância desta metodologia de trabalho para o bem comum. Além disso, diferente dos demais autores que focam a gestão mais no setor privado, este autor, discute a gestão com base no modelo estatal. Assim assevera:

Conceitualmente, gestão é a prática que deve ser aprimorada para o alcance de determinados fins: no caso do setor público, a gestão existe para reduzir a pobreza, para melhorar a educação, para aumentar a competitividade da economia, para elevar a conservação de recursos naturais, para preservar, estender e expandir a cultura etc. Em geral, essas são algumas das principais demandas de uma sociedade, e todo o aperfeiçoamento da gestão do setor público deve ser orientado estrategicamente para o atendimento desses objetivos, ou seja, do desenvolvimento econômico e social (NASCIMENTO, 2014, p.1).

Situando a gestão pública no atual contexto do Brasil, representa um modelo de administração emergente que tem com o foco identificar e equacionar a crise do Estado, fica pensando trazer uma transformação para o Estado e para a própria administração pública no nosso país (NASCIMENTO, 2014, p.3).

Nesta perspectiva, Nascimento (2014, p.3-4) elenca as principais características da nova gestão pública:

- a busca pela revitalização da função pública e a profissionalização dos servidores governamentais;
- a busca pela competência institucional, com ênfase na regulação e na proteção social;
- o foco em resultados, mediante avaliação permanente; o direcionamento da administração para o cidadão-usuário; a simplificação de procedimentos; a transparência e o acesso às informações públicas; (p.03)
- os arranjos institucionais que visam à representação dos interesses coletivos e ao controle social;
- a utilização pelo Estado de tecnologias emergentes de informação (egovernment);
- a promoção de um empreendedorismo digital;
- a busca pela equidade e diminuição de desigualdades sociais patrocinadas pela ação governamental.

Como vemos uma das características da gestão pública é profissionalizar os servidores, é neste sentido, que esse trabalho defende o aperfeiçoamento do corpo policial da cidade de João Pessoa, para assegurar um turismo comunicativo.

Em se tratando da gestão pública, é responsabilidade dos gestores os bens que pertencem à sociedade e cuja gestão deve ser realizada com um alto nível de compromisso, responsabilidade, transparência, ética e senso de justiça (PEREIRA, 2012, p.1).

Uma das discussões importantes trazidas por Pereira (2012, p.8) é quando o autor ressalta que a gestão pública não pode ser considerada somente por critérios

da esfera privada, isto porque pode comprometer a própria capacidade transformadora e democratizante das reformas de Estado.

Além disso, mostra que a gestão no setor público e privado possuem divergências. Assim aduz Moore (2002):

No debate sobre a geração de valor e a delimitação do objetivo do trabalho gerencial nos âmbitos do setor privado e do setor público, o seguinte:

sabemos qual o objetivo do trabalho gerencial no setor privado: gerar lucro para os acionistas da empresa. Além disto, conhecemos os modos pelos quais aquela meta pode ser alcançada: produzindo produtos (ou serviços) que podem ser vendidos a clientes por preços que criam receitas acima dos custos de produção. E sabemos como as realizações gerenciais podem ser avaliadas: por meio de medições financeiras de lucros, perdas e alterações nos preços das ações da empresa. Se os gerentes privados podem conceber e fabricar produtos que geram lucros, e se as empresas que eles dirigem o fazem por um período de tempo, podemos dizer que esses gerentes criaram valor. No setor público, o objetivo geral do trabalho gerencial não é tão claro; o que os gerentes precisam fazer para produzir valor é muito mais ambíguo; e [...] avaliar se o valor foi criado é ainda mais difícil [...] sem saber o propósito do trabalho dos gerentes, não podemos determinar se a atuação gerencial é boa ou ruim. Afinal, a gestão pública é um empreendimento tanto técnico como normativo”.

O entendimento acerca da gestão pública vai além da interpretação de gestão de negócio, visto que é um processo muito mais amplo, já que envolve diretamente o interesse público, envolvendo valores que transcendem a gestão de negócio:

Nesse sentido, argumentam Kickert e Stillmann (1999) que a gestão pública não é meramente uma questão de eficiência e eficácia, mas é também uma questão de legalidade e legitimidade e ainda de outros valores que transcendem os padrões restritivos dos negócios. Para aquele autor, a gestão pública não é somente interna, mas também, e primeiramente, gestão externa de um contexto sociopolítico complexo (PEREIRA, 2012, p.9).

Discutir a gestão pública é importante para compreendermos de que forma a segurança pública eficiente deve ser planejada e praticada. Além disso, esta também deve ser pensada como um fator influenciador na questão econômica de uma determinada região, pois uma vez não planejada afetará a atividade turística, já que a segurança pública interfere na escolha do turista.

2.2 Segurança Pública

A segurança é definida, segundo Bornhofen (2008, p.19), como uma emoção, que requer confiança; assim aduz:

Segurança é um sentimento. É um estado de espírito que envolve a certeza da proteção. É uma situação em que as ameaças estão relativamente dominadas e existe uma crença subjetiva de que elas assim estejam. Essas ameaças podem ser de origem natural, como enchentes e furacões; ou de origem social, como crimes e acidentes. O acúmulo das ameaças de origem social gera a chamada crise da segurança pública, que se manifesta por uma crescente sensação de insegurança na comunidade.

Nesse sentido, a confiança social se debruça na ação da gestão aplicada a Segurança Pública. Para que as ameaças de ordem social não gerem insegurança dos turistas é necessária à realização de uma Gestão Estratégica por parte do policiamento.

O sentimento de insegurança pode ser originado por motivações objetivas ou subjetivas. Na primeira, as motivações nascem da falta de ordem e no crime, neste caso, atinge de forma direta o indivíduo. Na segunda, as motivações têm origem na intensidade de informações sobre os crimes que acontecem na sociedade, neste caso, o indivíduo não é afetado diretamente (BORNHOFEN, 2008, p.19). Dessa forma, podemos inferir que as motivações objetivas geram as subjetivas, já que a falta de um policiamento com base na Gestão Estratégica dará espaço para que novos crimes aconteçam, contribuindo para o espetáculo midiático, corroborando para a motivação subjetiva de insegurança. Podemos inferir ser esta um sentimento de medo, que pode evoluir para um sentimento de revolta.

É importante ressaltar que para que a segurança pública seja eficaz faz-se necessário um planejamento prévio com base na Gestão Estratégica, que como vimos faz uma projeção do futuro, não esperando que o problema ocorra para que se possa agir. As ações de segurança pública estratégica devem buscar ações preventivas e não procurar correr atrás do prejuízo, colocando em prática após a ocorrência de vários fatos criminosos, o que ficou definido (PACHECO; BORNHOFEN 2007, p. 17).

A ação policial não deve ser uma reação do clamor popular e midiático, respondendo só quando é acionada, mas devem agir de forma preventiva, como sugere a Gestão Estratégica.

Neste caso, de quem é a responsabilidade da segurança pública? Bornhofen (2008, p.19), traz duas visões diferentes com base em três autores. O primeiro autor – Câmara (2000) afirma que a segurança pública é atribuição do Estado, já para Santo e Meirele (2003), com base na Constituição Federal, afirma que todos nós somos responsáveis pela segurança pública:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Bornhofen (2008, p.19) ver esta responsabilidade coletiva de maneira negativa, sendo uma forma do Estado se esquivar de sua responsabilidade:

Nesse contexto, quando, por simples decisão político-administrativa ou quaisquer outras razões, o Estado deixa de proporcionar proteção à sociedade, a camada da população que dispõe de recursos financeiros recorre à iniciativa privada.

Apesar da nossa Carta Magna afirmar que a segurança é responsabilidade de todos, ela não isenta o Estado do seu dever, já que a segurança pública é um tema complexo, sendo um dos principais desafios do nosso país. Dessa forma, deve ser trabalhada de forma integrativa e articulada entre as forças dos entes federativos como uma organização administrativa de forma a considerar a gestão:

O Supremo Tribunal Federal afirma que a segurança pública trata de “organização administrativa”. Por isso, a gestão em cada ente da federação fica por conta do chefe do executivo. No caso dos estados, fica sob a chefia do governador de Estado, a quem estão subordinados as polícias militares e civis. Já o chefe do Poder Executivo Federal tem a competência de organizar as polícias federais, dentre outros da administração federal (BRASIL, 2015).

Diferentemente da visão de Bornhofen (2008), Matos (2013) não ver a expressão “de responsabilidade de todos” uma forma do Estado delegar ou esquivar de suas responsabilidades para com a segurança pública, mas ver uma forma tácita de responsabilizar outros órgãos:

O Poder Judiciário não está taxativamente ali incluído, mas a formulação de políticas de segurança pública, voltada para uma participação popular mais efetiva e, portanto, comunitária, especificamente na parte a que se refere o texto constitucional “... direito e responsabilidade de todos...”, sinaliza, por derivação interpretativa constitucional, que o sistema de defesa social – que constitui o conjunto de órgãos e instituições que compõe a rede de proteção da sociedade em especial no que se refere aos aspectos da política criminal, o situa como um dos atores desse processo, assim como o Ministério Público e a Defensoria Pública, além do sistema prisional (MATOS, 2013, p.20).

Além disso, em razão de um acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF) o Estado agora é responsável pela segurança pública de forma objetiva em casos de omissão, como mostra Leite (2009, p.1):

[...] em abril de 2008 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em um caso concreto que pode haver a responsabilidade objetiva do Estado por omissão, pelo fato deste não oferecer segurança pública em certas localidades, e dessa omissão, ter permitido a ocorrência de determinados crimes. Realmente, o acórdão referido é um grande avanço no nosso sistema judicial, pois a doutrina e jurisprudência dominante até então defendiam que o Estado somente poderia ser responsabilizado em casos semelhantes de maneira subjetiva, ou seja, devendo ser provado que agiu com culpa ou dolo.

Este posicionamento do STF é importante para a melhoria da segurança pública, reforçando a responsabilidade do Estado perante o dever de assegurar a ordem pública, contribuindo para diminuir, em nós cidadãos, o sentimento de insegurança.

Cada ente federativo tem responsabilidades específicas quanto à segurança pública. A União exerce sua responsabilidade em âmbito internacional, já os Estados e Municípios trabalham a segurança de maneira mais direta:

Compete à União a defesa dos seus interesses e dos seus órgãos, o policiamento da faixa de fronteira e o combate ao tráfico internacional

e interestadual de drogas, prevenir e reprimir o contrabando e o descaminho, bem como realizar o patrulhamento das rodovias federais.

A União assumiu ainda a função de articular a integração entre os órgãos de segurança pública e de justiça criminal, que teve seu ponto alto na Copa do Mundo 2014, e deixou como principal legado a atuação integrada entre os órgãos de segurança pública nacionais e internacionais e as Forças Armadas nos 12 Centros Integrados de Comando e Controle Regionais.

Os locais foram equipados pelo governo federal em todas as cidades-sede da Copa. O governo tem realizado ações como o Brasil Integrado, operação que já atuou no Nordeste e recentemente transferiu presos entre presídios federais.

Os governos estaduais e do Distrito Federal realizam a segurança pública direta, organizando e mantendo o policiamento ostensivo, que é realizado pela Polícia Militar, formada por policiais uniformizados, facilmente identificados, de modo a criar na população uma percepção de segurança. É de competência dos estados ainda manter e organizar a Polícia Civil e os órgãos técnicos de investigação dos crimes comuns.

Já os municípios têm a competência para desenvolver ações de prevenção à violência, por meio da instalação dos equipamentos públicos, como iluminação e câmeras. Os municípios também podem criar guardas municipais para a proteção de bens, serviços e instalações.

Neste ano, a lei nº 13.022 regulamentou as atribuições das Guardas Municipais na prevenção à violência, proteção dos direitos humanos fundamentais, exercício da cidadania e das liberdades públicas, preservação da vida e patrulhamento preventivo, dentre outros. O DF possui as mesmas competências dos estados na gestão da segurança pública (BRASIL, 2014).

Quando falamos em segurança pública é inerente fazermos a relação com a ordem pública, já que a primeira é realizada para a preservação da segunda.

Segundo Bornhofen (2008, p.20) a ordem pública sempre está em metamorfose, pois muda conforme a evolução da sociedade:

O artigo 144 da Constituição Federal afirma que a segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública. Ordem pública consiste em uma situação de pacífica convivência social, isenta de ameaça de violência ou de sublevação que tenha produzido, ou possa produzir a prática de crimes em curto prazo (SILVA, 2003). A ordem pública é mais fácil de ser sentida do que definida, mesmo porque ela varia de entendimento no tempo e no espaço.

Ao contrário da ordem, temos a desordem, esta viola as normas de nossa sociedade por meio de comportamentos e condições físicas (BORNHOFEN, 2008, p.20).

Como discutimos anteriormente, para haver a Gestão Estratégica é necessário trabalhar a prevenção, esta é essencial para a manutenção da ordem pública:

O Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, que aprova o regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, define ordem pública como um conjunto de regras formais, as quais emanam do ordenamento jurídico da nação, tendo por escopo regular as relações sociais em todos os níveis do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum. A manutenção da ordem pública é um exercício dinâmico do Poder de Polícia, no campo da Segurança Pública, manifestado por atuações predominantemente ostensivas, as quais visam prevenir, dissuadir, coibir ou reprimir eventos que violem a ordem pública (BRASIL, 1983). A ordem pública, portanto, é efeito da causa segurança pública, como também acrescentamos, é efeito da causa tranquilidade pública ou, ainda, efeito da causa salubridade pública (BORNHOFEN, 2008, p.20).

Bornhofen (2008, p. 20-21) divide a ordem pública em três perspectivas:

Tranquilidade pública: exprime o estado de ânimo tranquilo, sossegado, sem preocupações nem incômodos, que traz às pessoas serenidade e paz de espírito. Em outras palavras, revela a quietude, a ordem, o silêncio, a normalidade e, como se faz lógico, não provoca sobressaltos, preocupações ou aborrecimentos que possam perturbar o sossego alheio. A tranquilidade constitui-se em um direito, por isso, cada indivíduo está autorizado a impor que respeitem o seu bem-estar e o da comodidade em que vive.

Salubridade pública: diz respeito às condições sanitárias de ordem pública ou coletiva, a situações que podem representar um perigo presente ou futuro para a saúde de um indivíduo ou de toda uma comunidade. A expressão também designa o estado de sanidade e higiene de um lugar, em razão do qual se mostram propícias, ou não, as condições de vida de seus habitantes. A salubridade pública visa à proteção da saúde humana, por isso, também envolve o controle de alimentos, doenças e remédios.

Segurança pública: está ligada à ausência de práticas que a lei define como crimes ou contravenções. Diferentemente dos conceitos supracitados, a segurança pública precisa de um ordenamento jurídico-penal voltado à incolumidade das pessoas e do patrimônio. A segurança pública integra a ordem pública - juntamente com a salubridade e a tranquilidade - e não está isolada como faz entender a Constituição brasileira. A noção de ordem pública é básica em direito administrativo que - fundamentado na segurança dos bens e das pessoas, na salubridade e na tranquilidade - deve zelar pelo mínimo de condições essenciais a uma vida social conveniente (Grifos nossos).

A partir das discussões apresentadas, vimos que pra uma segurança pública eficiente e eficaz é necessário que haja um planejamento, e este exige uma gestão estratégica, para otimizar a prestação dos serviços públicos e contribuir para o desenvolvimento do nosso país.

Um dos aspectos que contribuem para o desenvolvimento tanto econômico quanto cultural é o turismo. Por isso, é importante que a segurança pública objetive garantir e proteger os turistas assegurando direitos fundamentais, a exemplo dos direitos à vida, ao patrimônio, ao lazer, entre outros.

2.3 O Turismo

Segundo a Organização Mundial de Turismo – OMT (*World Tourism Organization* – UNWTO) turismo é:

O conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares distintos do seu habitual, por um período de tempo inferior a 1 ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado (NASCIMENTO, 2014, p. 315).

Dessa forma, o turismo se caracteriza como uma atividade econômica concebida pelo conjunto de transações de compra e venda de serviços turísticos realizadas entre os turistas e agentes econômicos locais (NASCIMENTO, 2014, p.315).

O turismo é a consequência do deslocamento voluntário e por um curto tempo de pessoas para lugares ou região em que moram, por qualquer motivo, não exercendo atividade remunerada na área em que visita (Idem, 2014, p.315).

Assim, podemos conceituar o turismo sob a perspectiva econômica:

Portanto, representa um conjunto de relações e fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do lugar de domicílio, desde que não estejam motivados por uma atividade lucrativa.

Dessa forma, a atividade turística é caracterizada pela locomoção de pessoas entre países, regiões e Estados, gerando um fenômeno social diretamente relacionado com a economia, promovendo o consumo de bens e serviços ofertados em determinados espaços físicos que não correspondem ao ambiente onde o turista reside (NASCIMENTO, 2014, p.315).

Destarte, o turismo é de grande relevância para o desenvolvimento da economia internacional, nacional e local, pois representa um dos fatores que influenciam o crescimento da receita nos lugares em que o turismo é significativo:

Trata-se de um segmento de relevante importância para a economia mundial, o qual tem apresentado um crescimento bastante significativo, associado à característica de ser um fenômeno que, por suas especificidades, produz uma relação de aproximação e indução de atividades intensivas em capital humano, além de gerar expressiva capacidade de encadeamento com atividades

amplamente diversificadas (MOURA, 2007 apud NASCIMENTO, 2014, p.315).

A atividade turística é tida como complexa porque requer elementos que atenda as necessidades dos turistas, além de ofertas de lazer, entretenimento e lugares atrativos. Estas demandas são denominadas por Nascimento (2014, p.315) de Oferta Turística, as quais são divididas em cinco categorias, focando diferentes áreas:

- 1) Recursos naturais: inclui elementos básicos, como clima, topografia, flora, fauna, recursos hidrográficos, acidentes geográficos etc.
- 2) Infraestrutura: constitui o subsistema de recursos tecnológicos aplicados para possibilitar as condições de vida humana em um local, englobando serviços públicos (água, luz, telefone, esgoto), estradas, instalações em aeroportos, estações e portos etc.
- 3) Instalações e equipamentos de transporte: incluídas neste item estão as unidades básicas de transporte, como navios, aviões, composições ferroviárias e também as vias permanentes e terminais utilizadas por este subsistema.
- 4) Superestrutura: aqui estão classificados os recursos, como prédios de aeroportos, terminais de passageiros, estações de água, hotéis, motéis, shopping centers, casas de espetáculos, praças de esportes etc. Estes recursos funcionam como subsistemas auxiliares para que os fluxos de demanda sejam atendidos.
- 5) Hospitalidade: possui natureza intangível, pois depende de fatores sociais, antropológicos e culturais. Embora sendo de natureza intangível não é fator menos relevante para a efetivação da oferta de turismo.

Como já vimos, o turismo é uma atividade econômica, e como tal é determinado por meio da demanda, ou seja, o perfil e motivação dos visitantes definirá o que será consumido. Assim, o desenvolvimento do turismo em uma determinada região tem que ser pensado a partir do perfil dos turistas que costumam visitar a região.

Conforme a OMT os produtos turísticos são classificados como: produtos característicos do turismo, produtos conexos ao turismo e produtos específicos do turismo (NASCIMENTO, 2014, p.315). Os produtos característicos são aqueles que possuem maior demanda por causa da atividade turística, se não fosse por esta o fluxo deste produto não seria tão intenso:

Os produtos característicos do turismo, na maioria dos países, são aqueles que deixariam de existir em quantidade significativa ou para os quais o nível de consumo seria sensivelmente diminuído em caso

de ausência de visitantes. Um exemplo de produto característico é o transporte aéreo de passageiros (NASCIMENTO, 2014, p.315).

Diferentemente, os produtos conexos ao turismo não dependem exclusivamente ou em sua maior parte da atividade turística, já que sua demanda varia de país para país:

Os produtos conexos ao turismo são uma categoria residual. Inclui produtos que, apesar de identificados como específicos do turismo em um país, não são considerados assim em outros. O transporte ferroviário urbano de passageiros é um exemplo de um produto conexo ao turismo (NASCIMENTO, 2014, p.315).

Já os produtos específicos do turismo congregam as duas categorias anteriormente citadas (produtos característicos e produtos conexos) (NASCIMENTO, 2014, p.316).

Em relação ao turismo internacional, os números vêm aumentando desde 2011, com porcentagem maior para os países desenvolvidos:

De acordo com dados da OMT, as chegadas internacionais de turistas no mundo atingiram a expressiva marca de 980 milhões em 2011, crescendo cerca de 4,4% no período. Estatísticas da OMT revelam ainda que, contrariamente ao verificado em anos mais recentes, o ritmo de crescimento das chegadas internacionais nas economias desenvolvidas (+5,0%), em 2011, superou o dos países emergentes (+3,8%) (NASCIMENTO, 2014, p.316).

No que tange ao turismo nas Américas registra-se 156,2 milhões de chegadas em 2011, favorecido pelo aumento da América do Sul. Temos as seguintes porcentagens de elevação do turismo:

Tabela 1 - Porcentagem do crescimento do turismo no Continente Americano

América do Sul	(+10,4%)
América Central	(+3,7%)
Caribe	(+3,6%)
América do Norte	(+2,9%)

Fonte: Nascimento (2014, p.316).

Os países que mais arrecadam com o turismo, tendo suas receitas com maior crescimento, em 2011, foram os países desenvolvidos:

Tabela 2 - Porcentagem das receitas com o turismo nos países desenvolvidos

Estados Unidos	(+12%)
Espanha	(+9%)
Reino Unido	(+7%)

Fonte: Nascimento (2014, p.316).

Já os países que tiveram os maiores aumentos percentuais de dispêndios turísticos:

Tabela 3 - percentuais de dispêndios turísticos

China	(+38%)
Brasil	(+32%)
Índia	(+32%)
Rússia	(+21%)

Fonte: Nascimento (2014, p.316).

Em relação aos gastos em dólares feitos pelos turistas:

[...] a liderança ainda é da Alemanha (US\$ 78 bilhões) e dos EUA (US\$ 76 bilhões). Em plena expansão, a China (US\$ 55 bilhões) ocupa a terceira posição, superando os gastos de turistas provenientes de Reino Unido, França, Canadá, Japão e Itália (NASCIMENTO, 2014, p.316).

Os dados apresentados são importantes para vermos quanto o turismo é importante para a economia, já que é como atividade geradora de renda e de empregos diretos e indiretos. Além disso, a partir da análise dos dados podemos comparar o Brasil em relação aos demais países.

O Brasil ainda precisa incentivar mais o turismo, e para isso é necessário trabalhar tal atividade econômica baseada na Gestão Estratégica, pois, ainda, os gastos dos brasileiros nos outros países são maiores do que os gastos dos estrangeiros que nos visitam:

Segundo dados do Banco Central brasileiro, os gastos efetuados por turistas estrangeiros em visita ao Brasil (medidos pela receita da Conta Viagens, do Balanço de Pagamentos), em 2011, somaram US\$ 6,775 bilhões (14,46% a mais do que os US\$ 5,919 bilhões auferidos em 2010).

Por outro lado, os gastos dos brasileiros com viagens internacionais totalizaram US\$ 21,234 bilhões em 2011, registrando elevação em relação a 2010 (US\$ 16,422 bilhões). Portanto, a corrente cambial turística (receita mais despesa), confrontados esses 2 anos, cresceu 25,37%: de US\$ 22,341 bilhões, em 2010, para US\$ 28,009 bilhões, em 2011) (NASCIMENTO, 2014, p.317).

No que tange ao turismo de brasileiros com viagens internacionais , ve-se claramente que a cada ano nota-se um acentuado acréscimo em relação ao destino contrário .

A atual circulação de passageiros no Brasil está fortemente concentrada nos terminais aeroportuários dos Estados de São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Os aeroportos que mais receberam voos domésticos em 2011 foram: Guarulhos e Congonhas, em São Paulo (8,8 milhões e 8,3 milhões, respectivamente), Brasília (7,2 milhões) e Galeão e Santos Dumont, no Rio de Janeiro (5,3 milhões e 4,2 milhões, respectivamente) (NASCIMENTO, 2014, p.317).

Dentre os turistas que mais visitam o Brasil estão os estadunidenses, sendo um dos principais no mercado emissor de turistas para o nosso país, embora da queda de 1,4% no número de turistas registrada em 2012. Foram 594.947, em 2011, e 586.463, em 2012 (NASCIMENTO, 2014, p.319).

A partir dos dados, percebemos a importância do turismo como atividade comercial, pois contribui para a exportação de uma região ou nação até o lugar de destino, ou seja, país receptor ou lugar de recebimento, gerando renda, ajudando na criação de empregos, nas divisas que ajudam a contrabalançar a balança de pagamentos, aumenta os impostos públicos e aquece a atividade empresarial (NASCIMENTO, 2014, p. 320).

Uma das características na indústria do turismo é sua complexidade em relacionar os diversos setores da economia:

A corrente ou o fluxo de divisas em direção à área de destino que desenvolve turismo não só constitui uma importante fonte de entradas para aquelas empresas ou pessoas vinculadas diretamente à atividade turística, como também beneficia os demais setores da economia pelo chamado efeito multiplicador. Na renda, este efeito é produto da interdependência existente entre os diversos setores

econômicos, de maneira que o aumento na demanda dos bens ou serviços produzidos por um setor gera, por sua vez, o crescimento na demanda de bens ou serviços procedentes de outros setores necessários à produção das anteriores (NASCIMENTO, 2014, p. 320).

Um dos processos técnicos de cálculo para analisar o efeito do turismo na economia é o método dos multiplicadores keynesianos: a análise custo-benefício; os modelos de base econômica; os modelos de insumo-produto; os modelos de equilíbrio geral da economia, baseado na hipótese de Walras, em que o mercado tende sempre para a posição de equilíbrio entre oferta e procura, como na economia clássica, e os modelos econométrico que usam instrumentos matemáticos e estatísticos para validar modelos de estimação (NASCIMENTO, 2014, p. 320).

Vejamos o que são os multiplicadores keynesianos:

O multiplicador do turismo para uma determinada região é basicamente um coeficiente que expressa a quantidade de rendimento gerado em consequência de uma unidade adicional de despesa turística. A despesa inicial efetuada por um turista que visita uma determinada região passa pelo sistema econômico de forma interativa e dinâmica, originando, assim, um efeito multiplicador na sua economia (NASCIMENTO, 2014, p. 320).

Desse modo, quanto mais diversificada e integrada for a economia de uma região, maior será o seu encadeamento e menor a fuga do sistema econômico beneficiário (NASCIMENTO, 2014, p.320).

Todavia, pode haver o sentido inverso entre o efeito multiplicador e o valor das importações, visto que, quanto maior for a necessidade de importar produtos e serviços para que as necessidades dos turistas sejam satisfeitas, menor será o efeito multiplicador destas despesas. Consequentemente, os destinos com uma estrutura produtiva mais diversificada tenderão a ter um encadeamento positivo mais elevado (NASCIMENTO, 2014, p.320-321).

A atividade turística influencia de forma direta e indiretamente alguns setores:

É notório que os gastos turísticos produzem um efeito cascata sobre o ambiente econômico. O primeiro segmento a ser impactado está representado pelos serviços diretamente vinculados ao turismo, como hospedagem, alimentação, transporte e entretenimento, que, ao receberem novas rendas, drenam parte para o resto da economia. Em seguida, parte dessa remuneração recebida é transferida para

outras fontes, como fornecedores de insumos, pagamento de salário e recolhimento de tributos (NASCIMENTO, 2014, p.321).

O turismo possui a capacidade de produzir renda de forma direta, proporcionando, por intermédio do efeito multiplicador, rendimentos indiretos aos fatores produtivos aplicados nos setores fornecedores das empresas turísticas, além de rendas decorridas do gasto efetivado pelos receptores das anteriores categorias de renda (NASCIMENTO, 2014, p.321).

Dentre as especificidades e as consequências do efeito multiplicador destacamos:

Uma característica particular do multiplicador do turismo, portanto, é a sua amplitude, visto que o gasto com turismo afeta uma ampla variedade de setores produtivos. Neste processo, no entanto, podem ocorrer numerosas fugas ou vazamentos que reduzem o efeito final do turismo na economia – abastecimento por importações, repatriação de salários e lucros de fatores de produção estrangeiros etc.

O efeito multiplicador é, portanto, provocado pelo gasto dos turistas, em bens e serviços consumidos na localidade visitada, aumentando a geração de novos empregos e da renda. Ele pode ser avaliado pelo grau, por meio do qual o dinheiro gasto pelos turistas permaneça na região, para ser reciclado pela economia local. Parte do que os turistas gastam com hotéis, restaurantes e lazer é destinado entre outros gastos, para os salários dos empregados, que, por sua vez, pagam aluguéis e gastam com transporte, educação, compras. Normalmente, esse valor agregado é bem maior que a soma inicialmente gasta pelos viajantes (NASCIMENTO, 2014, p.321).

É possível medir o efeito multiplicador do turismo de duas formas diferentes. A primeira forma tem como objetivo a venda dos produtos (o gasto inicial do turista), já a segunda forma, tem como foco a contribuição desses gastos para a receita nacional (NASCIMENTO, 2014, p.321).

Como exemplo de cálculo do efeito multiplicador temos:

Por multiplicador de venda do turismo, entende-se o coeficiente que mede o total de vendas induzidas realizadas na economia, como consequência do gasto inicial que realiza o turista.

Por exemplo: o turista gasta R\$1.000,00 em um hotel; desta quantia, o hotel emprega R\$ 600,00 na compra de bens e serviços, e quem os vendeu (fornecedores) gasta, por sua vez, R\$ 300,00 na compra de bens e serviços para seu próprio uso. Na economia se produz um volume de venda total, que, no caso, foi de R\$ 1.900,00.

Cálculo da Relação do Volume de Venda Total (V.T) com o Gasto Inicial (G.I) que o turista efetuou. Multiplicador de Venda do Turismo (M.V.T) $M.V.T = V.T = 1900 = 1,9$ $G.I = 1000$ (NASCIMENTO, 2014, p.322).

Dessa maneira, verificamos que o efeito multiplicador dentro do território nacional pode mudar de uma região para outra, conforme o conteúdo do componente importado que existe no consumo turístico em cada região considerada (NASCIMENTO, 2014, p.322).

De acordo com Nascimento (2014, p.322) o efeito multiplicador no Brasil é fixado em 1,75 em gastos realizados por turistas nacionais e 2,85 para os internacionais. Assim, um turista nacional ao gastar R\$ 100,00 em uma determinada região, movimenta R\$ 175,00 para a economia local, já o turista estrangeiro que gaste US\$ 100,00 no país movimenta US\$ 285,00 na nossa economia.

Além destas questões, o turismo possui algumas características que devem ser consideradas para que se desenvolva. Estas características funcionam como fatores de prevenção de futuros problemas nas atividades turísticas, que são (DIAS, 2008, p. 48 Grifos nossos):

- as atividades turísticas apresentam **caráter sazonal**;
- o turismo apresenta uma **demanda** extremamente **elástica**;
- **os bens e serviços turísticos são consumidos** onde se **localizam**;
- o turismo provoca **alterações na cultura local**;
- **o meio ambiente** natural pode ser profundamente **afetado**;
- **o turismo modifica a estrutura de trabalho** na comunidade **receptora**.

A observação destas características do turismo é importante, e devem ser analisadas antes da construção de um planejamento para a atividade turística funcionar de forma satisfatório para os moradores da região visitada e para os turistas, sendo uma forma de pensar o turismo com base na Gestão pública estratégica.

2.3.1 Características na atividade turística

2.3.1.1 A sazonalidade

A sazonalidade é a concentração de visitantes durante certo período do ano. Na cidade de João Pessoa, o caráter sazonal acontece no verão, pois os pontos turísticos mais procurados na cidade são as nossas praias, por ser uma região litorânea.

Mas a sazonalidade pode está relacionada também com o período de inverno, de férias, feriados e calendário religioso (DIAS, 2008, p. 49).

Segundo Dias (2008, p. 49) o turismo gera o fenômeno das populações flutuantes, entendida como “um conjunto de pessoas que visita uma localidade turística durante um período de tempo variável, que pode ser de poucas horas ou um número indefinido de dias” (DIAS, 2008, p. 51).

Este fenômeno gera alguns problemas de infraestrutura nas regiões visitadas, como aumento do índice de irritabilidade dos habitantes locais em relação aos turistas, a falta de água, o excesso de lixo, aumento da violência, prejuízos ao meio ambiente e congestionamento (DIAS, 2008, p. 50-51).

Para a diminuição do efeito da sazonalidade Dias (2008, p. 52) elenca:

- desenvolver produtos turísticos alternativos que possam utilizar as instalações durante os períodos de baixa temporada, por exemplo: organização de festivais, exposições, congressos e outros eventos. O turismo de negócios é um segmento que tem a característica de poder ser praticado ao longo de todo o ano, por exemplo;
- promover viagens para a população de terceira idade, que possui mais liberdade de movimento, podendo efetuar viagens em qualquer época do ano. Além disso, essas pessoas apresentam o comportamento de evitar os congestionamentos característicos da alta temporada. Uma boa estratégia de marketing dirigida a essa camada social poderá reverter em clientela fiel a cada ano, pois se caracteriza por valorizar o bom atendimento acima de tudo, tornando-se excelentes propagandistas dos locais visitados;
- praticar promoções, com preços de serviços e transportes baixos em relação aos praticados na alta temporada. Para estimular a viagem, os preços devem ser consideravelmente baixos. Deve-se levar em consideração que o visitante sempre será o melhor propagandista do local visitado, e isso significa que os preços baixos praticados fora da alta temporada serão compensados com o aumento do fluxo de visitantes nos períodos de alta.

Apesar dos problemas que da sazonalidade, vemos que este fenômeno pode ser amenizado a partir de um planejamento prévio, sem nem uma morosidade ou gasto para os cofres públicos, sendo necessário somente uma aplicação da Gestão Estratégica.

2.3.1.2 Elasticidade da demanda turística

A demanda da atividade turística tida como elástica porque as mudanças econômicas, sociais e políticas influenciam o turismo. Vejamos:

Crises econômicas e mudanças cambiais interferem profundamente na decisão de viajar. Quando o câmbio lhes era favorável, os turistas argentinos afluíam em grande número para as cidades brasileiras, alterando hábitos e incorporando a língua espanhola no cotidiano de algumas cidades brasileiras, como Florianópolis. Com a crise Argentina, o fluxo inverteu-se, e aumentou o número de brasileiros que visitam o país vizinho. O aumento do dólar em relação ao Real no Brasil dificulta as viagens ao exterior, e aumenta o fluxo de visitantes ao país que têm sua moeda valorizada, podendo gozar férias com um custo mais baixo (DIAS, 2008, p. 54).

A Segurança Pública está relacionada também com a questão social, pois o aumento da desigualdade social suscita violência, gerando a insegurança nas grandes cidades atemorizando os turistas que procuram evitar as regiões de alta periculosidade (DIAS, 2008, p. 54).

Além das questões de cunho social, a atividade turística se relaciona com outros fatores:

Questões relativas à saúde também afetam o fluxo turístico. As epidemias provocam o afastamento de viajantes. A pneumonia asiática, conhecida pela sigla Sars, prejudicou profundamente a economia de vários países asiáticos, com o afastamento de turistas dos lugares que tiveram manifestações confirmadas da doença. O turista, quando viaja, não quer problemas que possam prejudicar sua curta estada. Qualquer problema que caracteriza insegurança, ou alteração da normalidade pode afetar o fluxo turístico. Um destino é escolhido num leque de opções, e a escolha pode ser afetada por uma notícia que indique qualquer tipo de problema, podendo ser: a provável falta de água, a sujeira, a poluição das praias, um criminoso que assusta os moradores da região, o surgimento de casos de doenças transmissíveis etc. (DIAS, 2008, p. 54-55).

Como vimos, a questão da Segurança Pública é um fator que influencia a escolha do turista antes de viajar. Dessa forma, faz necessária a aplicação da Gestão Pública Estratégica não só para garantir a Segurança Pública dos nossos visitantes como também outras questões de ordem pública:

Essa sensibilidade do turismo a eventuais problemas deve ser levada em consideração pelos planejadores, pois o planejamento a curto prazo pode conter uma série de armadilhas. O sucesso de captação de um fluxo turístico de curto prazo pode levar à ilusão de sucesso no planejamento, pois representa num primeiro momento ótima captação de recursos. Ocorre que os atrativos, instalações e equipamentos apresentam determinada capacidade de suporte, e esta, uma vez ultrapassada, pode significar a deterioração de todo o produto turístico. Os problemas que advêm dessa deterioração repercutirão nas futuras prováveis vindas de turistas que evitarão o local degradado, por não atender a suas expectativas. A degradação pode ser social, cultural, ambiental etc. (DIAS, 2008, p. 55).

2.3.1.3 Bens e serviços turísticos são consumidos onde se localizam

Neste caso, quem se transporta para consumir o produto é o indivíduo e não o inverso. O turista sai da região que reside para outra, consumindo o produto produzido por esta. Por consequência disto, há um contato do turista com os moradores da região visitada.

2.3.1.4 O turismo provoca alterações na cultura local

O turismo colabora para as mudanças nos hábitos e costumes da região visitada, sendo uma característica inerente à atividade turística:

Por sua característica de ser um produto que deve ser consumido no local, o que implica o deslocamento de pessoas para a localidade onde estão os atrativos, o turismo contribui enormemente para modificações nos hábitos e costumes da comunidade receptora. Essas modificações podem assumir papel positivo, à medida que o turismo leva informação, novas tendências, novidades, contatos interculturais que provocam a aproximação entre diferentes povos etc. Ocorre que há muitos aspectos negativos que podem acontecer devido a esses contatos: perda de valores tradicionais, perda da identidade cultural, que de modo geral levam ao aumento da prostituição e de crimes como tráfico de drogas, roubos etc. (DIAS, 2008, p. 55).

Para amenizar este fenômeno, Dias (2008, p.55-56) sugere o equilíbrio no fluxo dos turistas, buscando evitar que a capacidade de carga social e cultural seja extrapolada.

2.3.1.5 O meio ambiente natural pode ser profundamente afetado

O turismo como um fenômeno de massas tem como consequência alterações no meio ambiente, gerando alguns problemas ambientais, pois é um grande consumidor da natureza.

Por esta razão Dias (2008, p.56) ressalta que a capacidade de suporte de cada atrativo deve sempre ser levada em consideração, sendo necessário colocar limites na realização de algumas atividades turísticas.

2.3.1.6 O turismo modifica a estrutura de trabalho na comunidade receptora

Para atender as necessidades dos visitantes é preciso uma infraestrutura de atendimento, o melhoramento da infraestrutura básica, a criação de numerosos postos de trabalho junto aos atrativos etc. (DIAS, 2008, p. 57).

A partir disto, novos campos de trabalho vão surgindo, conforme a necessidade:

Os empregos criados modificam a estrutura de trabalho no destino turístico, pois retira de outros segmentos econômicos a mão-de-obra de que necessita para seu desenvolvimento. São gerados empregos diretos, indiretos e enorme número de postos de trabalho (DIAS, 2008, p. 57).

No que tange ao fator segurança Dias (2008, p.18) afirma:

Os atentados terroristas nos Estados Unidos da América (EUA), em 11 de setembro de 2001, demonstraram que um quadro de insegurança pode ter implicações profundas no panorama do turismo nacional e internacional. Esse país recebeu, em 2000, 50,9 milhões de turistas, que foram reduzidos a 45,5 milhões em 2001, revelando os efeitos dos atentados nas estatísticas desse ano (OMT, 2002). O Brasil, nesse contexto, apresenta-se com uma imagem bastante favorável, podendo aproveitar, temporariamente, fluxos turísticos que se destinariam a regiões com algum tipo de problema de segurança. A permanência desse fluxo de turistas, após normalizada a situação, dependerá da acolhida que tiveram e da imagem que levarão do país (DIAS, 2008, p. 18).

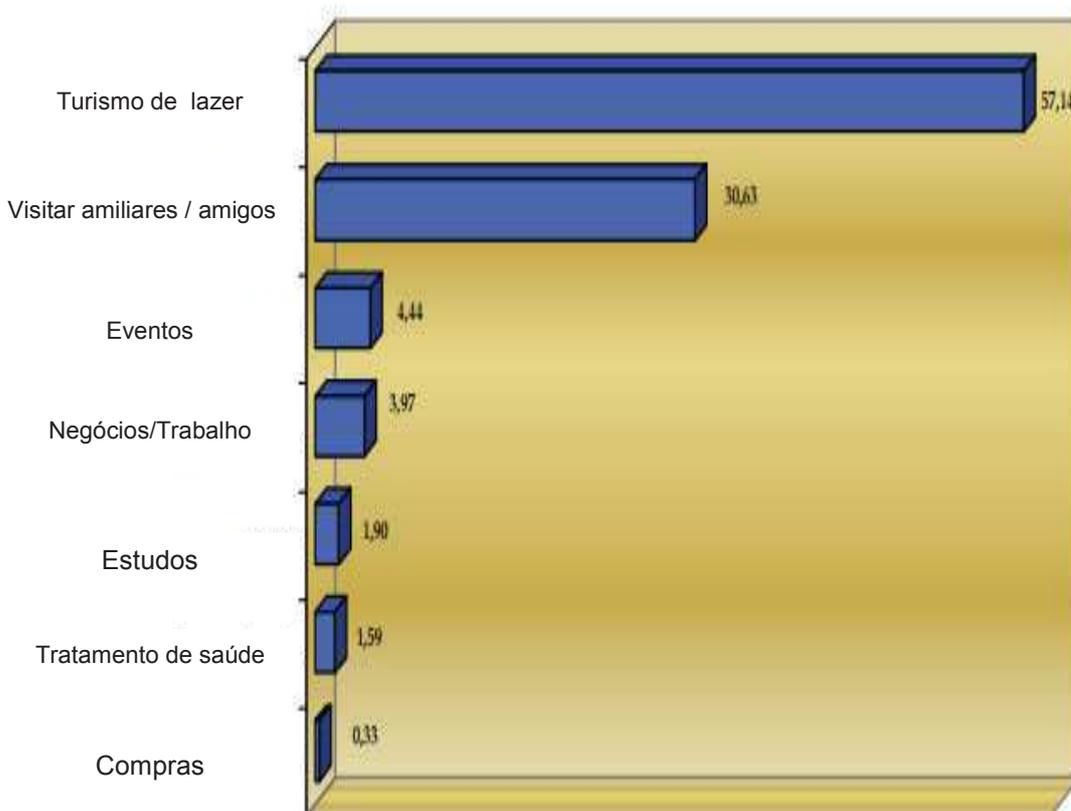
Isto posto, a Segurança Pública é uma questão de grande relevância para a atividade turística, e como vimos esta é importante para a positividade da economia.

3. O TURISMO EM JOÃO PESSOA

Esta parte do trabalho é de cunho mais qualitativo, pois apresentaremos gráficos e tabelas que mostram como a atividade turística vem sendo trabalhada na cidade de João Pessoa.

De acordo com a Pesquisa anual do desempenho do turismo na região metropolitana de João Pessoa, feita pelo Instituto Fecomércio de Pesquisas Econômicas e Sociais da Paraíba (IFEP) os principais motivos de visitar João Pessoa são:

Gráfico 1 - Motivos para visitar João Pessoa



Fonte: IFEP (2015, p. 7). Disponível em: <file:///C:/Users/wender/Downloads/turismopb2015.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2016.

Dentro de uma análise de Gestão Pública Estratégica é importante saber quais os motivos que levam os turistas a optarem pela cidade. Neste caso, vimos que o lazer é mais procurado em relação aos demais. Assim, é necessário um planejamento maior nas regiões turísticas de João Pessoa, principalmente nas

praias, pois como vimos, anteriormente, é um dos locais mais procurados nas regiões litorâneas, e como veremos a seguir:

Tabela 4 - Objetivo da visita a a Região Metropolitana de João Pessoa

OBJETIVO DA VISITA A RMJP	PERCENTUAL
As praias	55,56
Indicação de amigos/parentes	52,38
Visitar amigos e parentes	43,65
Atrativos naturais	16,98
Pela proximidade da cidade	14,76
Propaganda na internet	13,02
O verde de João Pessoa	11,43
Indicação de agência de viagem	5,87
Preço da viagem mais adequado	4,44
Trabalho/ negócios	3,97
Propaganda em revistas e TV	2,54
Fest verão	2,38
Eventos	2,06
Tratamento saúde	1,59
Estudos	1,27
Reveillon	1,11
Conhecer o Nordeste	0,95
Outros motivos	1,91

Fonte: IFEP (2015, p. 7). Disponível em: <file:///C:/Users/wender/Downloads/turismopb2015.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2016.

No que tange a Segurança Pública da cidade de João Pessoa o IFEP, a partir de entrevistas realizadas com os turistas, foi avaliada a infraestrutura da cidade. De acordo com a pesquisa, a segurança na capital é considerada boa, como mostra a tabela:

Tabela 5 - Avaliação da infraestrutura de João Pessoa

SERVIÇOS	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Ns/Nr
Serviço de táxi	20,93	63,46	11,96	2,99	0,33	0,33
Serviços de comunicação	8,90	63,76	18,78	4,78	3,29	0,49
Sinalização urbana	9,67	74,09	11,68	2,01	0,73	1,82
Transporte público	6,82	61,93	23,30	3,41	4,55	0,00
Segurança pública	9,55	65,83	17,09	3,85	3,35	0,33
Limpeza pública	17,52	60,83	14,33	4,46	2,55	0,31
Serviços médicos	10,35	44,83	34,48	5,17	5,17	0,00

Fonte: IFEP (2015, p. 12). Disponível em: <file:///C:/Users/wender/Downloads/turismopb2015.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2016.

Apesar dos turistas classificarem a Segurança Pública de João Pessoa como boa, ressaltam que ainda é pequena em alguns pontos da cidade, principalmente na orla de Cabo Branco e Tambaú a noite (IFEP, 2015, p.12). Por esta razão, o objetivo do trabalho se debruça no estudo da Segurança Pública nestas praias, visto que são as mais visitadas:

Tabela 6 - Praias mais visitadas

PRAIAS VISITADAS	PERCENTUAL
Tambaú	79,49
Cabo Branco	75,38
Coqueirinho	46,50
Bessa	34,19
Manaira	33,33
Intermares	32,14
Tambaba	28,55
Carapibus	27,18
Jacumã	26,67
Cabedelo	26,32
Camboinha	19,49
Tabatinga	15,38
Praia Bela	14,70
Seixas	7,86
Poço	6,50
Lucena	5,64
Baía da Traição	4,10
Penha	3,25
Gramame	3,25
Praia do Amor	2,39
Ponta de Campina	1,03
Outras praias	0,85

Fonte: IFEP (2015, p. 12). Disponível em: <file:///C:/Users/wender/Downloads/turismopb2015.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2016.

Dentre os pontos positivos da Capital, a Segurança Pública fica a desejar, apresentando um percentual pouco significativo, ver tabela 7 a seguir.

Tabela 7 - Pontos positivos de João Pessoa

PONTOS POSITIVOS NA RMJP	PERCENTUAL
Praias	55,24
Receptividade do povo paraibano	19,03
Tranquilidade da cidade de João Pessoa	11,59
Belezas naturais	7,46
Gastronomia	7,30
Clima	5,08
Organização da Cidade de João Pessoa	3,17
Praias do litoral sul	2,93
Rever amigos ou familiares	2,22
Limpeza das praias da RMJP	1,90
Proximidade das praias	1,75
Pela proximidade das praias	1,75
Limpeza na cidade de João Pessoa	1,75
Facilidade de locomoção na RMJP	1,59
Fest Verão	1,43
Artesanato paraibano	1,27
Opção de lazer	1,11
Orla de João Pessoa	1,11
Pôr do sol em Jacaré	1,11
Organização do trânsito da RMJP	0,95
Diversidade bares e restaurantes	0,79
Pontos turísticos	0,63
Praia de Coqueirinho	0,63
Segurança pública	0,48
Comércio	0,48
Incentivo ao uso de bicicletas (ciclo faixas)	0,48
Reveillon em João Pessoa	0,48
Programação cultural	0,32
Areia vermelha	0,32
Praia de Tambaba	0,16
Shows na orla de João Pessoa	0,16
Parque Arruda Câmara (Bica)	0,16
Igrejas	0,16
Ns/Nr	2,70

Fonte: IFEP (2015, p. 16). Disponível em: <file:///C:/Users/wender/Downloads/turismopb2015.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2016.

Mesmo sendo o turismo uma atividade econômica importante e a Segurança Pública um dos fatores que influenciam diretamente a escolha do visitante, não está no rol dos desafios para melhorar a competitividade turística da capital (BRASIL, 2015, p. 12):

- Expandir a rede de hotelaria, conforme destacado por entrevistados durante a pesquisa tendo em vista, dentre outros fatores, a inauguração do centro de convenções;
- Qualificar a mão de obra que atua no turismo, especialmente quanto a conhecimento de idiomas estrangeiros;

- Revitalizar o casario e as igrejas do Centro Histórico, bem como combater elementos de poluição visual, como propagandas, placas, fachadas e fiação aérea desorganizada;
- Reativar o Conselho Municipal de Turismo e o Fórum Turístico do Litoral Sul.

Percebe-se que Segurança Pública não é uma preocupação do Ministério do Turismo, ou seja, o problema da falta de segurança está sendo discutido. Esta questão mostra a falta de uma Gestão Pública Estratégica, uma vez que, mostra que não está tendo um planejamento na gestão da cidade de João Pessoa, já que o problema está sendo ignorado.

3.1 Praias do Cabo Branco e Tambaú

Como vimos às praias uma das praias mais visitadas pelos nossos turistas são a de Cabo Branco com 75, 38% e Tambaú com 79, 49%. Isto porque são praias mais acessíveis e por serem praias mais urbanizadas, apresentando uma maior infraestrutura.

Na questão litorânea, João Pessoa foi considerada a principal destinação por dispor de infraestrutura, equipamentos e serviços turísticos, do maior fluxo turístico estadual e do atrativo praia e sol, de grande valor no mercado turístico (LEANDRO, 2006, p. 106).

Segundo Leandro (2006, p. 106) João Pessoa figura como principal polo turístico do Litoral por abrigar o principal centro receptivo programado: o Complexo Turístico Cabo Branco, criado pela PBTUR. Tendo entre as praias que mais se destacam: Tambaú, Manaíra, Bessa, Cabo Branco e Seixas.

Desde o século XIX, as praias de Tambaú e Cabo Branco são as que mais tiveram investimentos “a orla sofreu um processo de valorização, iniciada, sobretudo em Tambaú e Cabo Branco, os primeiros núcleos de ocupação da praia”. (LEANDRO, 2006, p. 106-107).

Desde os primeiros anos da fundação da cidade havia comunidades indígenas na orla, devido ao farto pescado na enseada de Tambaú. Mesmo com os surtos de cólera que afligiam a área já em meados do século XIX, Tambaú era a praia preferida para banhos de mar.

A praia de Tambaú até então era bem frequentada pelos moradores na área, mas alguns presidentes da província frequentavam o lugar. Todavia, não tinha muito visitante por causa da precária infraestrutura local (LEANDRO, 2006, p.108).

A praia de Tambaú teve investimento na sua infraestrutura em relação ao seu acesso, desde o século passado, como mostra Leandro (2006, p.108):

No início do Século XX, em razão do difícil acesso entre o centro e a praia, foi construída a ferrovia Tambaú, durante o governo Álvaro Machado/Walfredo Leal (1904- 1908). Em 1906, partiu a primeira composição marcha-bombas (trem movido a óleo) em direção à praia. Porém, somente em 1908, a ferrovia atingiu a praia de Tambaú, após a conclusão das obras no leito do rio Jaguaribe. O ponto de partida era a Estação Cruz do Peixe, próximo à praça da Independência, seguindo pela avenida Epitácio Pessoa e, descendo o platô, chegou à praia de Tambaú por um percurso que corresponde a atual avenida Rui Carneiro.

A partir das reformas urbanas e das concepções de higiene houve uma maior valorização da orla como opção de descanso e lazer. Porém, o desenvolvimento de Tambaú foi mais eficaz a partir da Segunda Guerra Mundial. Além disso, foi uma das primeiras praias da orla a receber o sistema de iluminação elétrica, no final da década de 1920 (LEANDRO, 2006, p.109).

Já a praia de Cabo Branco começa a ser bem vista quando o governador José Américo de Almeida (1951-1953 e 1954-1956) constrói sua residência, e a partir de suas colocações as praias de Cabo Branco e Tambaú começam a ser valorizadas, como aduz Lenadro (2006, p. 112).

As descrições da orla feitas por José Américo refletem a valorização e mudança de atitude das famílias tradicionais em relação à praia. Segundo José Américo, a cidade passa a ser considerada marítima após a abertura da avenida Epitácio Pessoa na década de 1940, e o primeiro encontro da cidade com o Busto de Tamandaré. A João Pessoa “marítima”, segundo José Américo, afirmava-se pelos coqueirais e moradores de hábitos simples e suas festas típicas, pela Ponta do Cabo Branco, de aspecto monumental, pela avenida Cabo Branco, com suas casas esparsas e por Tambaú, que superou a condição de lugar insalubre, foco de malária e cólera durante as chuvas.

Apesar destes avanços, as praias da orla só começaram a ser vistas como produtos da atividade turística com a implantação do Hotel Tambaú, que teve sua

construção iniciada em 1960, sendo inaugurado em 1971. Conforme Leandro (2006, p. 113) o Hotel foi importante para impulsionar o turismo na orla:

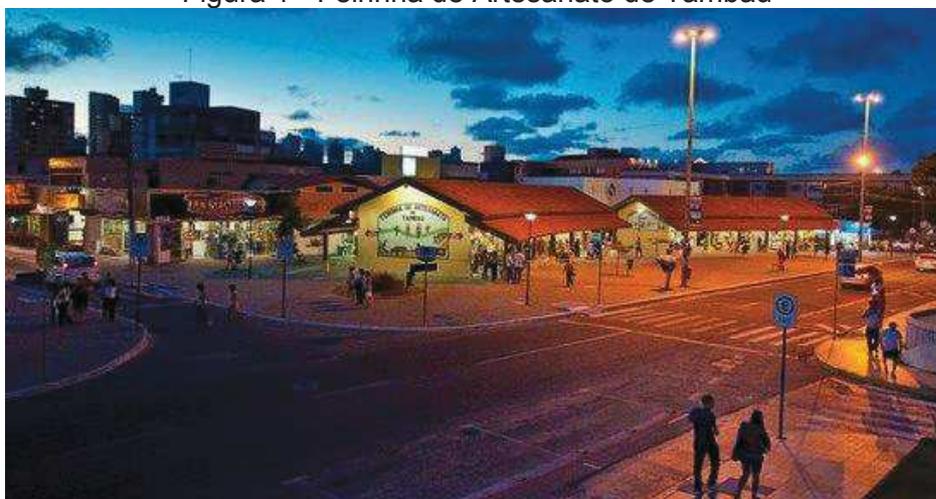
A implantação do Hotel Tambaú valorizou a orla marítima como espaço privilegiado para o turismo. O entorno do Hotel foi refuncionalizado para atender as atividades turísticas. As habitações mais humildes foram removidas para dar lugar a Feirinha de Tambaú.

A orla só passou a sofrer modificações significativas na sua estrutura de serviços, infraestrutura e equipamentos urbanos, principalmente na praia de Tambaú, depois da construção do Hotel Tambaú. E a primeira avenida foi reformulada para atender a demanda turística. Dessa forma, vemos que o governo da época não visava o turismo como atividade econômica, e só melhoraram as condições da orla por causa da iniciativa privada.

Conforme Leandro (2006, p. 114) a principal referência para o turismo pessoense é a praia de Tambaú, por ser uma área que reuni vários equipamentos e serviços turísticos que simbolizam a atividade turística na cidade, como: o Mercado de Artesanato Tambaú (1974), o Hotel Tambaú (1971), o Mercado de Artesanato Paraibano (MAP, 1988), o Centro Turístico Tambaú (1988), o Píer (1994), a Feirinha de Tambaú (década de 1980) e do calçadão da orla e das avenidas Cabo Branco (2004).

Vejamos as imagens abaixo, que mostram estes pontos da praia de Tambaú:

Figura 1 - Feirinha de Artesanato de Tambaú



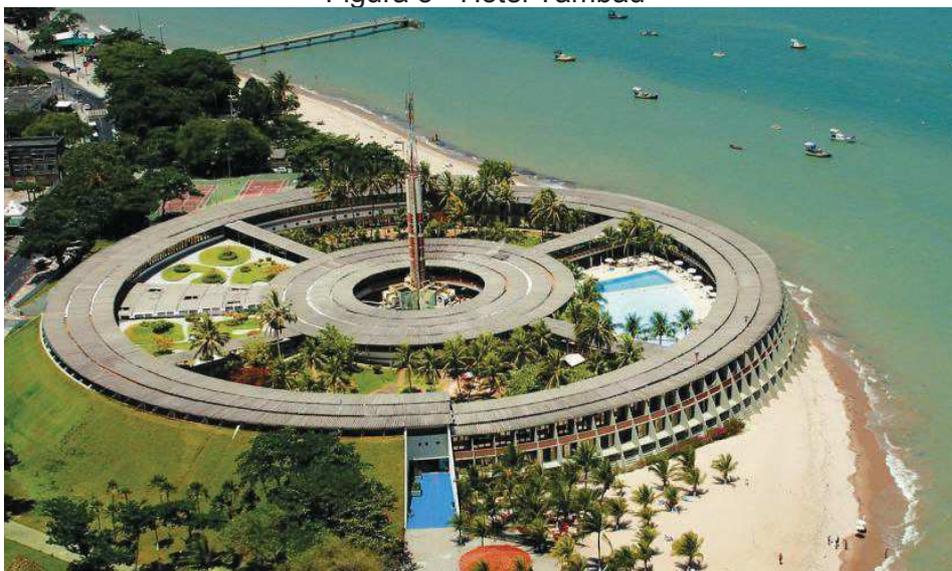
Fonte: <http://www.de.ufpb.br/~cbsf2014/local_evento.html>.

Figura 2 - Mercado de Artesanato da Paraíba



Fonte: <http://www.de.ufpb.br/~cbsf2014/local_evento.html>.

Figura 3 - Hotel Tambaú



Fonte: <<http://www.booking.com/hotel/br/tropical-tambau.pt-br.html>>.

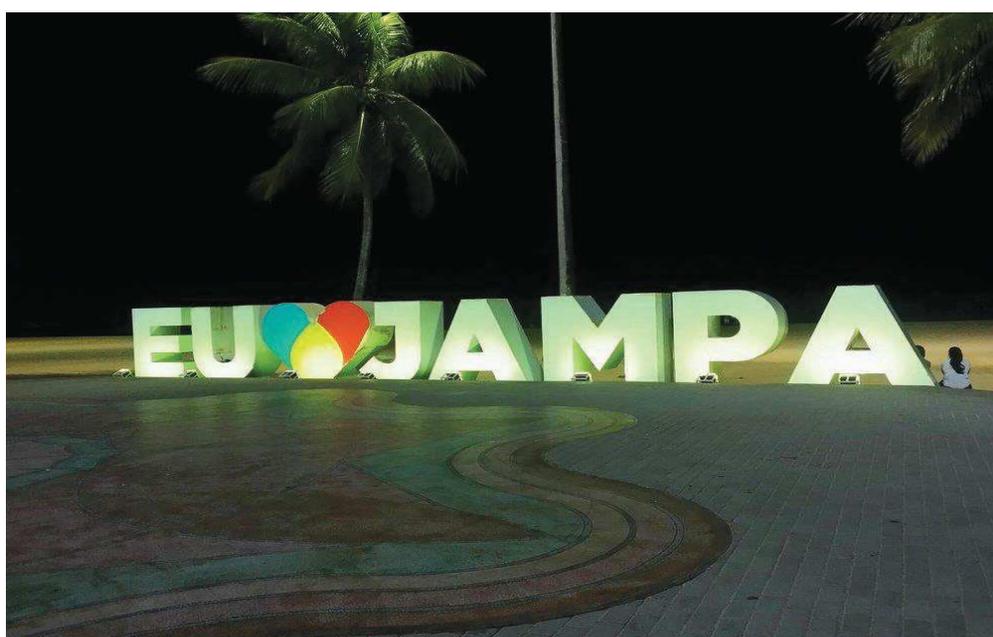
Figura 4 - Centro Turístico Tambaú



Fonte: <<http://www.matraqueando.com.br/tag/feirinha-de-artesanato-de-tambau>>.

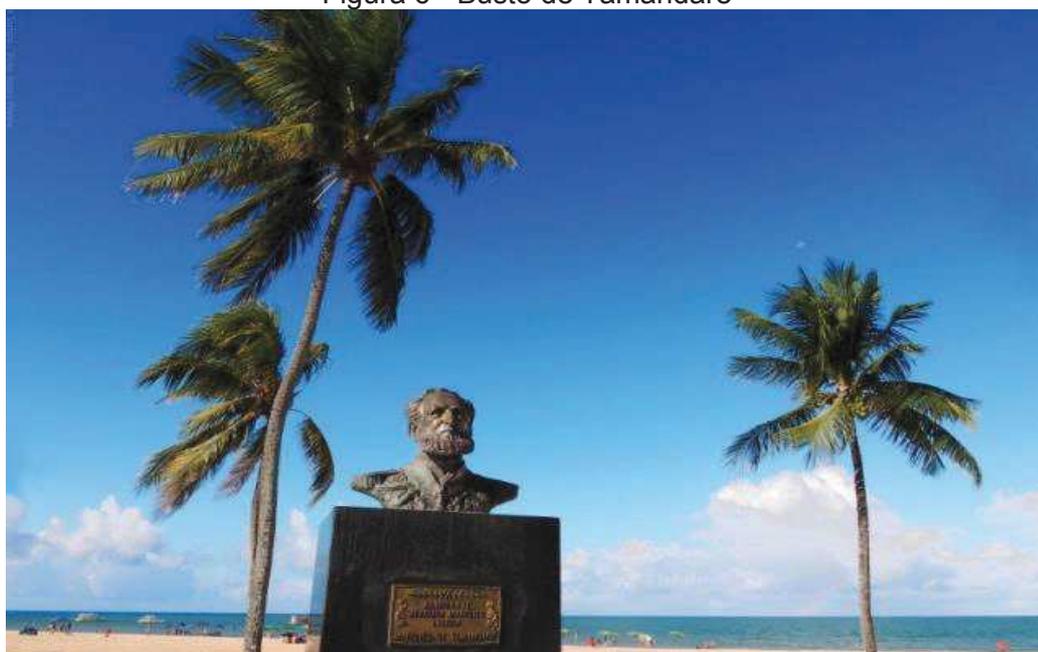
Além destes pontos turísticos na praia de Tambaú, há o Busto de Tamandaré, que fica na divisa entre esta praia e a de Cabo Branco. O busto é o local onde acontece a maioria dos eventos musicais financiado pelo Estado da Paraíba e pela Prefeitura Municipal. Vejamos as imagens que mostram o Busto de Tamandaré:

Figura 5 - Busto de Tamandaré



Fonte: <conedu.com.br>.

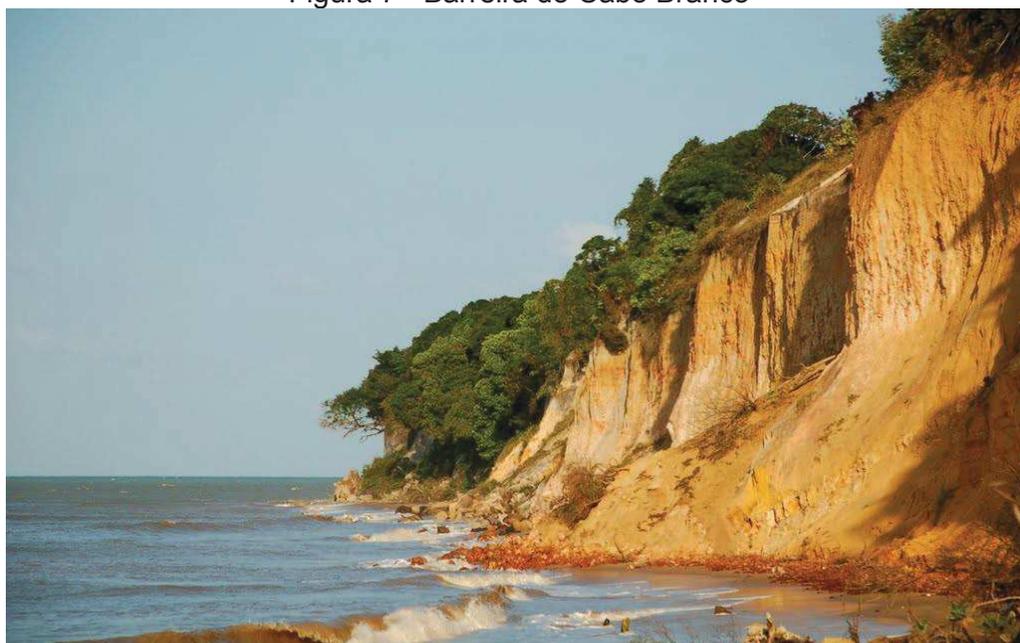
Figura 6 - Busto de Tamandaré



Fonte: <<http://www.paraibacriativa.com.br/aniversario-de-joao-pessoa-tem-concerto-no-busto-de-tamandare/>>.

Diferente da Praia de Tambaú, a Praia de Cabo Branco possui pontos turísticos limitados no que tange a orla, como o passeio no calçadão e a barreira, que sofre com o processo de erosão, esta não configurando um ponto turístico propriamente dito. Observemos a praia do Cabo Branco:

Figura 7 - Barreira do Cabo Branco



Fonte: <<http://www.politicaetc.com.br/2016/06/sudema-arquiva-projeto-da-pmjp-e-barreira-do-cabo-branco-continua-desabando/>>.

Figura 8 - Orla do Cabo Branco



Fonte: <<http://www.feriasbrasil.com.br/pb/joaopessoa/cabobranco.cfm>>.

Porém o bairro do Cabo Branco possui outras atrações turísticas: o Farol do Cabo Branco e a Estação Cabo Branco.

A orla de Cabo Branco e a de Tambaú tiveram, recentemente, uma reforma (2015). A obra tinha o intuito de padronizar a calçada, além de melhorar o espaço para quem pratica esportes na praia. Também foi feito um letreiro com a frase “Eu amo Jampa”, como forma de homenagem a cidade, se tornando um ponto turístico da cidade de João Pessoa.

Apesar das principais praias de João Pessoa passarem por várias reformas infraestruturais, salientamos que para impulsionar a atividade turística é importante o investimento na segurança pública.

Conforme o jornal A Página (2016), os crimes mais ocorrentes nas praias pessoenses são roubo, furtos e sequestro relâmpago. Entre os casos de crimes cometidos contra os turistas que visitaram João Pessoa, o jornal destaca o caso de um casal do Pará que sofreram um sequestro relâmpago, em janeiro desse ano, quando entravam no hotel na orla, em que estavam hospedados. Além desse caso, em 2015, um grupo de coreanos foram assaltados e agredidos na orla do Cabo Branco.

Depois na inauguração do Hotel Tambaú, o poder público municipal começou a se preocupar com a atividade turística, passando a elaborar estratégias para atender ao mercado turístico em ascensão. Com isso, o município de João Pessoa criou o Plano de Desenvolvimento Turístico (PDT). Segundo Leandro (2006, p. 106):

O Plano teve início em 1976 e foi concluído em 1977. A elaboração desse plano ficou a cargo de uma equipe de técnicos do Centro-Sul do país, chefiado pelo técnico em turismo Alexandre Deukitch. O PDT foi elaborado, dentre outros objetivos, para caracterizar o produto turístico de João Pessoa. O Plano previa a ordenação territorial das ações, formação de roteiros para João Pessoa, Grande João Pessoa e Paraíba; incentivo ao marketing hoteleiro; organização de equipamentos de lazer, etc. Porém, esse plano não teve continuidade. A estrutura estatal voltada para o turismo passa a ser organizada.

Dentre outros projetos que objetivavam melhorar o turismo, foram criadas, em 1970, a Secretaria de Esporte e Turismo do Município de João Pessoa (atual SETUR), criada pelo Decreto nº 788, de 21 de fevereiro de 1978, e a Empresa Paraibana de Turismo (PBTUR) (LEANDRO, 2006, p.106). “A principal função da Secretaria era executar a Política Municipal de Turismo, planejando, coordenando e orientando atividades culturais e desportivas do município” (LEANDRO, 2006, p.106). Destarte, vemos que a Gestão Estratégica era utilizada nas atividades da organização turística.

Já, a PBTUR foi criada pela Lei 3.779, de 27 de maio de 1975 (LEAL, 2001, p.193), com a função de controlar equipamentos de interesse turístico (hotéis, restaurantes, campings, balneários, etc), como também, a realização de pesquisas, planejamento e estudos.

5.2 Instituições do município de João Pessoa responsáveis pela segurança

Em razão de pouca precisão dos índices de violência, devido as subnotificações dos crimes, é visível que todos os países busquem proteger-se de forma a garantir a devida proteção a sociedade. Em João Pessoa, essa garantia vem munida e apresentada em forma de algumas unidades policiais, sob a égide da Secretaria de Segurança Pública Estadual e o Município, a saber:

Uma das grandes contribuições para melhorar a segurança pública é o trabalho da Companhia Especializada de Apoio ao Turista (CEATur), da Polícia Militar da Paraíba, uma Unidade Militar de policiamento ostensivo, primeiramente apresentada a João Pessoa, em uma forma de policiamento com o uso de bicicletas. Em meados dos anos 80, com o desenvolvimento turístico no Estado, embora ainda timidamente utilizados em toda a orla das praias do Cabo Branco e Tambaú. Como uma das medidas adotadas, foi promover cursos de informações

turísticas, percebendo a importância do policiamento fardado no apoio ao turista. Com o seu trabalho a CEATur, conseguiu reduzir os índices de criminalidades nas áreas de interesse turístico de João Pessoa. Entre os anos 2010 para 2011, houve diminuição no número de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) nos bairros do Altiplano, Cabo Branco e Tambaú chegou a 26%, caindo de 15 para 11 homicídios (CEATur, 2013).

De acordo com o site da Polícia Militar da Paraíba, mesmo ocorrendo nove mortes de turistas de 2011 para 2012, os crimes cometidos contra os turistas tiveram uma queda significativa, alcançando um índice de apenas 18%. Para que este resultado fosse possível o Estado da Paraíba investiu na qualificação da tropa, com treinamento diferenciado. Dessa forma, reduziu os principais crimes cometidos contra a atividade turística, como os de homicídio e crimes contra o Patrimônio.

Assim, vemos que a CEATur é importante para assegurar a segurança pública, fazendo com que os turistas se sintam mais seguros, o que contribui para que eles possam retornar.

Uma visão de Gestão Estratégica para segurança pública não é apenas criar uma atividade de polícia ostensiva, mas também saber prevê os desafios que a companhia deve enfrentar, por esta razão, a qualificação dos policiais é uma visão da Gestão Estratégica. E isto vem sendo trabalhado na CEATur, pois conforme o site da Polícia Militar, já mencionado, 15% dos seus integrantes, no ano de 2013, são habilitados para falar pelo menos uma língua estrangeira. Além disso, todo o efetivo também passou por uma capacitação junto a Empresa Paraibana de Turismo, que abrangeu diversas áreas como: Qualidade do atendimento, História e Geografia da Paraíba e Pontos Turísticos.

Uma das principais funções que a CEATur possui é o policiamento no sentido da prevenção, como também orientação aos cidadãos que visitam a cidade. A CEATur foi ativada oficialmente em 21 de março de 2011, é responsável pelo policiamento nos bairros de Tambaú, Cabo Branco e Altiplano e do Centro Histórico da capital, Aeroporto Castro Pinto (em Bayeux), a praia do Jacaré (em Cabedelo) e parte do litoral sul.

A Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania – SEMUSB- objetiva o fortalecimento das políticas de segurança urbana no município de João Pessoa por meio de medidas preventivas com vista a minimizar os índices de violências e implantar uma cultura de paz. A Prefeitura de João Pessoa (PMJP), por meio da

Secretaria de Turismo (Setur), estão com um trabalho voltado para a capacitação de 40 agentes da Guarda Municipal, que atuam nos principais pontos turísticos da cidade. Pretende-se com este trabalho melhorar o atendimento aos turistas, através dos guardas municipais que estiverem nas imediações (TURISMO EM FOCO, 2016). Vemos que a capacitação dos guardas municipais é importante para que eles possam passar confiança aos turistas.

Apesar da Guarda Municipal passar por uma capacitação para melhorar o turismo, não faz parte de suas atribuições a segurança pública, pois é destinada para proteção do bem material conforme o § 8º do art. 144, da Constituição Federal: “Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. Guarda Municipal, entidade policial constituída, demanda com poder só de proteção ao patrimônio público Municipal. Com mudanças na Legislação pode exercer poder de polícia. Esta mudança é reforçada, pela experiência em outros países que têm a atividade policial sob a responsabilidade dos Municípios”. Esta questão gera uma discussão quanto à função da Guarda Municipal. Vejamos o que Campos (2013, p.53) elenca sobre essa questão:

[...] acerca da função das Guarda Municipal passa pela construção dos limites das competências constitucionais atribuídas aos municípios. Por isso a importância de entendermos certas variáveis, como a sua autonomia relativa e suas competências previstas no ordenamento jurídico. A autonomia relativa pelo fato das articulações políticas que envolvem a composição, aparelhamento e qualificação dos agentes da Guarda Municipal, por exemplo, e a limitação de competências para entendermos os limites da atuação dessas corporações na segurança pública. Essa discussão é relevante por que as guardas por vezes são desvirtuadas de seus fins e em alguns municípios elas são alvo de tentativas de transformação em polícias municipais, dotadas erroneamente de poderes de policiamento ostensivo e do dever de manter a ordem pública (PAULA, 2006). Na esteira desse entendimento está ocorrendo nos Municípios que assim procedem a usurpação de função das Polícias Militares [...].

No art. 144 da nossa Carta Magna é taxativa quanto à definição dos órgãos responsáveis pelo exercício da segurança pública, indicando as funções destes órgãos dentro do sistema:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem

pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39.

Conforme Campos (2013, p. 57) “à Guarda Municipal cabe o patrulhamento e somente o exercício da função de segurança pública em sua vertente patrimonial”.

Dessa forma, podemos afirmar que a Guarda Municipal, não interfere de maneira direta na segurança pública dos turistas.

Apesar da Guarda Municipal não ter como função a segurança pública dos nossos turistas, estes podem contar com a Delegacia Especializada no Atendimento ao Turista (Deatur), criada pelo Decreto nº. 13.673 de 09 de julho de 1990, que em João Pessoa fica na praia de Tambaú, no Centro Turístico de Tambaú. Na delegacia especializada, os turistas encontraram policiais civis com formação especializada na área turística falando vários idiomas.

Segundo o site do Governo da Paraíba (2003), “a equipe é formada por dois delegados, agentes de investigação e um escrivão”. Além disso, a Deatur tem como Missão atender a população nas suas necessidades de proteção e segurança, mediante o trabalho eficiente e eficaz de investigação criminal e inteligência policial. Tem como Visão, ser referência mundial de qualidade na prestação de serviços policiais. São seus Valores, ética, respeito, transparência, inovação.

A Deatur, muito embora seja, uma unidade especializada no atendimento ao turista, não atende somente a estes, atende também a população local. É importante frisarmos que a Deatur trabalha juntamente com policiais militares, e com outras delegacias, quando o caso diz respeito àquela circunscrição ou demanda uma outra especialidade.

Conforme a Deatur (2015), em janeiro de 2015 foram realizadas 104 ocorrências, referentes a extravios de documentos, objetos e roubo. Segundo o delegado titular do referido ano, os dados são positivos, pois poucos envolveram violência. Além disso, no mês, foram realizadas 19 prisões em flagrante, nas praias de Tambaú e Cabo Branco.

Como vimos há em João Pessoa algumas instituições especializadas na segurança pública dos turistas, e uma delas – a Deatur, fica na praia de Tambaú, uma das mais visitadas. E, visando dotar a Deatur de uma nova concepção de atuação, em que a qualidade dos serviços de atendimento à população estrangeira fosse a razão de ser da atividade policial.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão realizada nesse trabalho, pode-se inferir que a Gestão Pública Estratégica é crucial para a manutenção da Segurança Pública, e esta um fator motivador da atividade turística. Dessa forma, vemos esta tríade como um instrumento de melhoria para a administração pública, que ao gerir de forma estratégica diminuirá os problemas recorrentes do seu trabalho, além de contribuir para a melhoria dos cidadãos pessoenses e dos turistas que visitam a cidade de João Pessoa. A Gestão Estratégica aplicada a Segurança Pública irá definir de modo direto os problemas que precisam de intervenção, como também, através de um diagnóstico atual e futuro de seus ambientes interno e externo, irá prevenir futuros problemas, de forma a organizá-los, controlando os objetivos pretendidos, as estratégias e os planos de ações definidos. Colocar a Gestão em prática irá reduzir o índice de violência, e conseqüentemente o sentimento de violência dos moradores de João Pessoa e turistas, aumentando a competitividade da atividade turística da cidade. A busca para o aperfeiçoamento da Segurança Pública é importante do ponto de vista econômico porque contribui para a receita da cidade, e do ponto de vista cultural, visto que há troca de elementos culturais. Munindo-se da Gestão Estratégica para melhorar a Segurança Pública das praias Tambaú e Cabo Branco, algumas ações para facilitar a segurança dos turistas podem ser realizadas. Porém, esta questão deve ser trabalhada de forma preventiva, e não esperar que o problema aconteça.

Pode-se pensar que o problema da falta de segurança na orla das praias mais visitadas seja a falta de policiamento, mas este pensamento não é com base na Gestão Estratégica. Isto porque a policia atua na causa e não na prevenção. Quando acontece um roubo na orla, significa que existem criminosos, e a função da policia é prender ou evitar que o roubo ocorra, todavia, a prisão impedirá que outros casos de roubo ocorram? Dessa forma, consideramos que pensar a Segurança Pública com base na Gestão Estratégica vai além da intensificação do policiamento, uma vez que, requer intervenções mais complexas, como educação e políticas públicas.

O município de João Pessoa vem crescendo quanto à segurança dos nossos turistas, oferecendo capacitação as forças policiais, e uma delegacia especializada

de fácil acesso, trabalhando 24 horas por dia. Mesmo assim, a violência e os crimes praticados na orla, ainda são recorrentes em nossas praias.

Neste caso, umas das atitudes que podem contribuir para a segurança pública dos turistas é intensificar o policiamento nas altas temporadas e nos horários de maior movimentação. E fazer a capacitação dos policiais de forma periódica. Além disso, a sinalização é importante, para que o visitante sinta-se seguro para andar pela cidade, isto inclui uma maior sinalização nos transportes públicos. As informações essenciais para os turistas só é encontrada no aeroporto e na rodoviária, que têm placas com informações em português, inglês e espanhol. Todavia, deveriam estar nos pontos turísticos da cidade. Dessa forma, percebe-se que a segurança pública dos nossos visitantes ainda deverá trilhar um longo caminho. O destino praia do Cabo Branco e Tambau, juntamente com o potencial turístico da cidade de João Pessoa na Paraíba, está ganhando notoriedade e se expandindo no mercado turístico, principalmente o nacional, entretanto, para nosso entendimento ainda é refém de uma infraestrutura adequada e uma política por excelência de uma boa gestão de pessoa e ou uso eficiente da tecnologia. Ainda há muito o que se fazer em termos de estratégica a ser desenvolvida, numa capacitação real em termos de treinamento para o capital humano. Se houver um empenho maior do poder público, com parcerias privadas e patrocinadores, as praias do Cabo Branco e Tambaú, irão preparar-se para receber os turistas, e quando a segurança pública estrategicamente falando for pensada de forma preventiva, bem estruturada, conduzida de forma positivamente aproveitada e direcionada ao bem estar daqueles que procuram como destino final esses pontos, teremos atingido o ideal de qualidade, pois sabemos esse é um dos assuntos mais discutidos em nossa sociedade em uma igualável assertiva de que é o mais negligenciado em sua estrutura. Como também é sabido que a segurança pública no turismo é preocupação prioritária em todo cenário mundial, influencia a vida de todos e de cada um, e a atividade turística não fica de fora, pois estará afetando no mesmo patamar a economia dos destinos turístico.

Por fim, percebe-se que o setor do turismo estará cada vez mais vinculado as Tecnologias da gestão estratégica e na segurança pública, e, às empresas públicas e privadas que não se adaptarem a esta realidade estarão sujeitas ao risco de não sobreviver à competitividade do setor.

REFERÊNCIAS

BORNHOFEN, Paulo Roberto. **Segurança pública no desenvolvimento do turismo de eventos na região da Ammvi – SC**. 2008. 98 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2008.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Df: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui caocompilado.htm>. Acesso em: 23 mai. 2016.

_____. Instituto Fecomércio de Pesquisas Econômicas e Sociais da Paraíba – IFEP. **Pesquisa anual do desempenho do turismo na região metropolitana de João Pessoa**. 2015. Disponível em: <[file:///C:/Users/wender/Downloads /turismopb2015.pdf](file:///C:/Users/wender/Downloads/turismopb2015.pdf)>. Acesso em: 23 mai. 2016.

_____. Ministério do Turismo. **Índice de competitividade do turismo nacional**. 2015. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/espaco_academico/downloads_espaco/65_destinos/Joao_Pessoa_RA_2015.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2016.

_____. Portal Brasil. **Segurança pública é dever de estado**. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/10/seguranca-publica-e-dever-de-estado>>. Acesso em: 23 mai. 2016.

CAMPOS, William Sérgio Antunes de. **A guarda municipal no contexto da segurança pública integrada: desafios e perspectivas no exercício funcional frente à demanda por segurança e proteção do cidadão**. 2013. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Rio de Janeiro.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. 1. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

FÉRIAS BRASIL. **João Pessoa, praia do Cabo Branco**. Disponível em: <<http://www.feriasbrasil.com.br/pb/joaopessoa/cabobranco.cfm>>. Acesso: 28 ago. 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GOVERNO DA PARAÍBA. Turistas contam com delegacia especializada em Tambaú. **2013. Disponível em:** <<http://paraiba.pb.gov.br/turistas-contam-com-delegacia-especializada-em-tambau/>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

JORNAL A PÁGINA. **Violência na orla é ameaça ao turismo em João Pessoa.** 2016. Disponível em: <<http://www.jornalapagina.com/violencia-na-orla-e-ameaca-turismo-em-joao-pessoa/>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

LEANDRO, Aldo Gomes. **O turismo em João Pessoa e a construção da imagem da cidade.** 2006. 198 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Paraíba. – João Pessoa, 2006.

LEITE, Rodrigo de Almeida. **Segurança pública e novos avanços do Supremo Tribunal Federal acerca da responsabilidade do estado por omissão:** em busca de uma efetiva proteção dos direitos humanos. Dat@Venia, v. 2, n. 2, 2009.

MATOS, José Walter da Mota. **A construção do conceito de segurança pública na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no século XXI.** 2013. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito Sul de Minas, Minas 2013.

MELO, C.F.V.; BARROS, S.C.A.; SILVA, L.T.D.; SOUSA, V.B. **Praias de João Pessoa, problemas relacionados ao turismo e meio ambiente.** Anais do IX Congresso de Ecologia do Brasil, 13 a 17 de Setembro de 2009, São Lourenço – MG. Disponível em: <http://www.seb-ecologia.org.br/2009/resumos_ixceb/874.pdf>. Acesso: 28 ago. 2016.

MONTEIRO, Ecliton. Política e etc. **Sudema arquiva projeto da PMJP e Barreira do Cabo Branco continua desabando.** 2016. Disponível em: <<http://www.politicaetc.com.br/2016/06/sudema-arquiva-projeto-da-pmjp-e-barreira-do-cabo-branco-continua-desabando/>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo, 1962. **Gestão Pública.** 3. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2014.

OLIVEIRA, Saulo Barbará de. **Instrumentos de gestão pública.** São Paulo: Saraiva, 2015.

OLIVEIRA, Silva. **Matraqueando viagens e comidas.** Feirinha de Artesanato de Tambaú. 2013. Disponível em: <<http://www.matraqueando.com.br/tag/feirinha-de-artesanato-de-tambau>>. Acesso: 28 ago. 2016.

PACHECO, Ana Paula Reusing; BORNHOFEN, Paulo Roberto. **Gestão estratégica na segurança pública**. 2. ed. rev. e atual. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.

PARAÍBA CRIATIVA. **Aniversário de João Pessoa tem concerto no Busto de Tamandaré**. Disponível em: <<http://www.paraibacriativa.com.br/aniversario-de-joao-pessoa-tem-concerto-no-busto-de-tamandare/>>. Acesso: 28 ago. 2016.

PEREIRA, José Matias. **Manual de gestão pública contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PEREIRA, Marco Antonio. **Gestão Estratégica**. 2009. Disponível em: <<http://www.marco.eng.br/terceirosetor/cursos-palestras/GE-3setor.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2016.

POLÍCIA MILITAR. **CEATur reduz índice de criminalidade em áreas turísticas**. 2013. Disponível em: <http://www.pm.pb.gov.br/noticia7901-ceatur_reduz_indice_de_criminalidade_em_areas_turisticas.html>. Acesso em: 22 ago.2016.

ROTH, Motta; HENDGES, Désirée; RABUSKE, Graciela. **Produção textual na Universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SILVA, Dmitryev Cyreneu da. et al. **Gestão estratégica na segurança pública: a construção de cenários prospectivos para a realização de megaeventos**. *Gestão & Conhecimento*, v. 7, n. 2, jul./dez. 2013: 181 – 202.

THALES, Luiz. *Jornal da Paraíba*. **Deatur registra mais de 100 ocorrências no mês de janeiro**. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/noticia/144490_deatur-registra-mais-de-100-ocorrencias-no-mes-de-janeiro>. Acesso: 29 ago. 2016.

TROPICAL TAMBAÚ. **Booking**. Disponível em: <<http://www.booking.com/hotel/br/tropical-tambau.pt-br.html>>. Acesso: 28 ago. 2016.

TURISMO EM FOCO. **Guardas municipais de João Pessoa terão capacitação para atender melhor os turistas**. 2016. Disponível em: <<http://www.turismoemfoco.com.br/noticia/23671-guardas-municipais-de-joao-pessoa-terao-capacitacao-para-atender-melhor-os-turistas.html>>. Acesso: 28 ago. 2016.

UFPB, Universidade Federal da Paraíba. **Local do evento**. Disponível em: <http://www.de.ufpb.br/~cbsf2014/local_evento.html>. Acesso: 28 ago. 2016.